



Carlos Estabro

O ministro Paulo Renato, da Educação, e o presidente, no Palácio do Planalto: verba para modernização acadêmica e informatização

# Governo anuncia R\$ 1 bilhão para universidades

Governo federal anuncia liberação de R\$ 1 bilhão para o Programa de Modernização e Qualificação do Ensino Superior. UNESP espera receber, desse montante, R\$ 60 milhões. Pág. 3

**Jornal da**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
ABRIL/97 - ANO XII - Nº 112

# UNESP

## Cuidado, Chapeuzinho!

*Pesquisadora vê, em Chapeuzinho Vermelho, um alerta às mulheres contra a astúcia e ambivalência masculinas.*

Págs. 6 e 7



## Amazônia desconhecida

Simpósio marca lançamento, pela Editora UNESP, de trilogia sobre a região amazônica. Págs. 8 e 9

### LDB

Suplemento discute a nova Lei de Diretrizes e Bases



Monica Richter

Projeto cataloga os 53 órgãos de tubos da Capital

Pág. 12



N. Imagens/Saulo Pelican

# Convivendo com Dolly

ELENICE DEFFUNE



Nos últimos trinta anos, a contribuição e o avanço da ciência médica foi quase o mesmo que nos últimos três séculos... Diariamente, os comunicados dos avanços científicos ecoam como novidades revo-

lucionárias, que nós, médicos, biólogos, pesquisadores devemos decodificar e desmistificar em função da alta complexidade: novas técnicas de engenharia celular e biologia molecular, PCR, descoberta das doenças emergentes ou daquelas reemergentes. E, agora, Dolly.

Os projetos de pesquisa são infundáveis! Jamais eles foram tão numerosos, tão ambiciosos, principalmente na área da Engenharia Genética. Frente a tantas descobertas e inovações, certamente estamos vivendo um período histórico (1990-2020), dentro das ciências médicas, caracterizado pela alternância de inquietudes e esperanças. Inquietudes frente aos novos poderes da Medicina e esperança de tudo curar. Dentro desta perspectiva, não podemos deixar de considerar o exemplo da natureza. O homem viveu com ela, fazendo parte dela, de certa forma harmonicamente. Hoje, o homem tem cada vez mais o poder de transformá-la. O homem tem cada vez mais o "poder" de transformar o próprio homem. Estes novos poderes a sociedade tem o dever de controlar. Mas como controlar os milhares de projetos de pesquisa em andamento em diferentes países? Como se vê a questão da clonagem? O posicionamento de alguns governos na proibição dessa técnica está correto? Para fazermos uma análise, ainda que simples, temos que entender o processo de clonagem.

A clonagem pode ocorrer em nível celular, procedimento no qual objetivamos isolar uma célula e fazê-la multiplicar-se, dando origem a células absolutamente idênticas àquela originária, a partir da qual se estabeleceu um clone. O patrimônio genético da célula mãe e das filhas é idêntico e indissociável dentro do clone. Esta técnica de engenharia celular, descrita por Kohler e Milstein em 1975, vem sendo usada em todo o mundo e pode ser precedida por uma fusão de células, com a finalidade de imortalizá-la para posterior clonagem, como é feito na produção de anticorpos monoclonais. O avanço e a precisão que o advento desta técnica trouxe à prática médica, veterinária e à agricultura é inquestionável. A clonagem também pode ocorrer no nível dos genes (estruturas responsáveis pelas características e função das células, que se localizam nos cromossomos, no núcleo destas células). Um procedimento de clonagem gênica sempre tem etapas diferentes, que incluem: isolamento da célula, extração do DNA e seqüenciamento para posterior



Paulo Zilberman

introdução em uma outra célula, que será denominada então de "reprogramada". Milhões de pessoas são beneficiadas através da precisão diagnóstica, diagnóstico precoce e de tratamentos através de produtos oriundos de biotecnologia, que tanto utilizam as técnicas de engenharia celular, genética e biologia molecular. O exemplo talvez mais claro é a aplicação de anticorpos monoclonais para "purificação" da medula óssea nos casos de auto-transplante de medula em pacientes portadores de neoplasias (câncer). O "instrumento" biotecnológico representado pelo anticorpo monoclonal é produzido através das técnicas de fusão celular e clonagem. Como propor o retrocesso dos conhecimentos técnicos proibindo esta técnica e, portanto, o direito de se tratar? Quem, técnico ou não, gostaria de voltar a usar kits, reagentes para o diagnóstico de soropositividade para AIDS, ou qualquer outra doença infecto-contagiosa, de qualidade questionável, se esta qualidade passa inexoravelmente por procedimentos biotecnológicos? De forma bastante clara, a técnica de clonagem traz benefícios indiscutíveis à Medicina e, conseqüentemente, à sociedade. Como frear este progresso? E por quê? Como abordar a questão da clonagem do homem? De certa forma, mesmo que em nível celular, isto já é feito, e corretamente feito!

Quando laboratórios de biotecnologia produzem anticorpos monoclonais humanos, a célula imortalizada e posteriormente clonada é um linfócito humano (célula da defesa). Daí a pensar na constituição de um novo ser humano, integral, há uma

enorme diferença e alguns pontos que merecem esclarecimentos. Para constituir um animal por clonagem, como no caso da Dolly, que foi uma reprogramação da reprodução independente do gameta masculino, o processo de clonagem aconteceu in vitro e, posteriormente, houve a implantação do "ovo" no útero materno. Existe um pouco de fantasia e de informações que não podem ser consideradas corretas. Alguns jornais noticiaram que a mãe estava prenhe quando o processo foi realizado, outros desmentem. De qualquer forma, o que foi feito é realizável em laboratórios de cultura celular com pesquisadores bem formados, inclusive no nosso meio.

Se analisarmos a questão da fome no mundo, porque não minimizá-la através da tecnologia? A questão que talvez mais incomode é a real transformação do poder econômico, que depois desse fato estará, sem dúvida, não exclusivamente nas mãos do produtor, mas do pesquisador que gerou o produto biotecnológico. Como gerenciar o não massacre dos pequenos produtores num mundo de crescente desemprego e desigualdades sociais? Esta questão já atingiu, no passado, a agricultura com o advento das espécies criadas, como o milho híbrido. Minimizar o sofrimento das pessoas ou preservar a biodiversidade clonando animais em extinção não nos parece repressível. Proibir simplesmente não é solução. Não há governo que consiga frear o desenvolvimento tecnológico. A questão não é dizer apenas "não". A questão é se perguntar: "por que sim?" Mas não podemos nos afastar do denominador comum que nos traria a tranquilidade de aceitar as inovações tecnológicas: bioética e biossegurança. No

desenvolver de uma pesquisa, o momento da razão ética é o mais importante e deve ser o que precede a técnica.

Quando o pensamento ético não é colocado antes, o desastre acontece e entra a jurisprudência em ação, a penalidade. Portanto, a forma de a sociedade acompanhar este processo é através da ampla discussão ética e da formação profunda em bioética e biossegurança. O melhor, como o pior, está diante de nós. Não podemos permitir que o binômio solicitações descabidas e profissionais eticamente mal preparados coexista. Este binômio é o perigo! Tudo é possível. Cabe aos pesquisadores, mas também ao conjunto da sociedade e, principalmente, à universidade, rever sua formação humanística e ética em todos os cursos. Cabe a todos refletir e saber utilizar o progresso. A clonagem, a engenharia genética, a engenharia celular, a bioquímica, a física... nos dão poder, certamente, mas rapidamente devemos saber como administrá-lo, mesmo que no exato momento nos pareça impossível prevenir seus danos. Devemos, portanto, aprender a conhecer nosso próprio conhecimento, e isto far-se-á através da universalização do saber. Não prenda a Dolly, aprenda a andar com segurança com ela. Ensine, aprenda, reflita e critique. Simone de Beauvoir dizia: "É através da arte que o homem se completa definitivamente". Medicina e biotecnologia são ciência e arte!

Elenice Deffune é pesquisadora do Hemocentro da Faculdade de Medicina do campus de Botucatu, especialista em biossegurança.

**Reitor:** Antonio Manoel dos Santos Silva  
**Vice-reitor:** Luís Roberto de Toledo Ramalho  
**Pró-reitor de Administração:** Ricardo Antonio de Arruda Veiga  
**Pró-reitora de Graduação:** Maria Aparecida Viggiani Bicudo  
**Pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa:** Fernando Mendes Pereira  
**Pró-reitor de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários:** Edmundo José De Lucca  
**Secretária Geral:** Maria de Lourdes Mariotto Haidar

**Diretores das Unidades Universitárias:** João César Bedran de Castro (FO-Araçatuba), Paulo Eduardo de Toledo Salgado (FCF-Araraquara), Wellington Dinelli (FO-Araraquara), Cláudio Gomide de Souza (FCL-Araraquara), José Roberto Ernandes (IQ-Araraquara), Antônio Quelce Salgado (FCL-Assis), Ivan Aparecido Manoel (FAAC-Bauru), Jehud Bortolozzi (FC-Bauru), Ivan de Domenico Valarelli (FET-Bauru), Elias José Simon (FCA-Botucatu), Luiz Antônio Vane (FM-Botucatu), Sheila Zambello de Pinho (IB-Botucatu), Eunice Oba (FMVZ-Botucatu), Neide Aparecida de Souza Leheld (FHDSS-Franca), Fernando Augusto Silva Marins (FE-Guaratinguetá), Laurence Duarte Colvara (FE-Ilha Solteira), Júlio César Durigan (FCAV-Jaboticabal), Antônio Geraldo de Aguiar (FFC-Marília), Alvanir de Figueiredo (FCT-Presi-

dente Prudente), Osvaldo Aulino da Silva (IB-Rio Claro), Sílvio Carlos Brey (IGCE-Rio Claro), Wilson Maurício Tadini (Ibilce-São José do Rio Preto), José Eduardo Junho de Araújo (FO-São José dos Campos) e Regina Coeli Guedes de Souza Pinto (IA-São Paulo).

## JORNAL DA UNESP

**Editor chefe:** José Roberto Ferreira  
**Editor:** Paulo Velloso  
**Redação:** Evanildo da Silveira, Tânia Belickas e Waltair Martão  
**Editor de Arte:** Celso Pupo  
**Edit. Eletrônica:** Paulo Nunes Rocha  
**Fotografia:** Monica Richter  
**Colaboraram nesta edição:** Oscar D'Ambro-

sio (texto); José Augusto e Sergio Amaral (fotografia) e Baptistão e Paulo Zilberman (ilustração)  
**Produção:** Mara R. Marcato e Patrícia do Carmo  
**Revisão:** Maria Luiza Simões  
**Pesquisa:** Dedoc/Abril  
**Tiragem:** 15.000 exemplares

Este jornal, órgão da Reitoria da UNESP, é elaborado mensalmente pela Assessoria de Comunicação e Imprensa. A reprodução de artigos, reportagens ou notícias é permitida, desde que citada a fonte. **Endereço:** Alameda Santos, 647, 13º andar, CEP 01419-001, São Paulo, SP. Telefone (011) 252-0323 e 252-0327. Fax (011) 252-0207. **Fotolito e Impressão:** IMESP

# Universidades terão R\$ 1 bilhão

**Verba do governo federal é para programa de modernização do ensino superior**

**E**m cerimônia no Palácio do Planalto, na manhã do dia 25 de março passado, com a presença de reitores de universidades públicas e privadas de todo o País, o presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou a liberação de R\$ 1 bilhão para o Programa de Modernização e Qualificação do Ensino Superior. Segundo o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, esse dinheiro será dividido entre cinco projetos do programa: recuperação e ampliação da infra-estrutura física das universidades públicas e privadas (R\$ 500 milhões), modernização acadêmica (R\$ 200 milhões), informatização (R\$ 150 milhões), desenvolvimento e modernização dos hospitais universitários (R\$ 100 milhões) e recuperação de acervos bibliográficos destinados à graduação (R\$ 50 milhões).

O reitor Antonio Manoel dos Santos Silva, presente à solenidade, viu com bons olhos o anúncio dos novos investimentos. Ele acredita que esse programa promete ser tão importante quanto foi, em nível estadual, o Programa Emergencial de Apoio à Recuperação e Modernização da Infra-Estrutura do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia, criado em 1994 pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). A diferença é que o programa anunciado pelo presidente é

mais abrangente, pois é nacional.

A UNESP tem interesse prioritário em três dos cinco projetos do Programa. De acordo com o reitor, é necessário, em primeiro lugar, carrear recursos para informatizar a Universidade, recuperar e ampliar sua infra-estrutura física e seu acervo bibliográfico. "Para isso, o volume ideal de recursos é da ordem de R\$ 60 milhões", calcula Antonio Manoel.

## COMPETIÇÃO

Para que as universidades se candidatem a beneficiárias do Programa e possam receber investimentos, é necessário que elaborem projetos e os apresentem ao MEC. Cada uma delas, portanto, terá de competir com as outras. Uma equipe de assessoria especial já foi escolhida pelo reitor para elaborar os projetos que serão apresentados pela UNESP. Entre esses projetos estão alguns que prevêem

em melhoria e construção de salas de aula e laboratórios. "Nossa intenção é mandar os projetos o mais rápido possível, porque a competição pelos recursos será grande", diz o reitor. Na avaliação de Antonio Manoel, o projeto para recuperação do acervo bibliográfico está entre os que terão menor dificuldade para ser aprovados. O volume de recursos necessários para isso é de R\$ 2,1 milhões, em quatro anos.

Segundo o ministro Paulo Renato, o programa visa sanar uma falha na distribuição de verbas para o ensino superior. "A partir da década de 70 não houve investimentos de vulto nas áreas de graduação das universidades", observou o ministro. "É o contrário do que tem ocorrido na pós-graduação e na pesquisa, que são os primos-ricos da Educação, que nunca deixaram de receber investimentos." Parte dos R\$ 500 milhões destinados à recuperação física

## CERIMÔNIA

**Paulo Renato e o presidente, no Palácio do Planalto: cinco projetos**

das instituições de ensino superior — que virão de um convênio entre o Ministério da Educação e o Banco Nacional do Desenvolvimento Social (BNDES) — será usada para desmobilização de patrimônio.

Há muitas universidades com patrimônio que não se enquadra em suas finalidades acadêmicas. É o caso, por exemplo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, proprietária do imóvel onde funciona a casa de shows Canecão. A Universidade Federal de Minas Gerais, por sua vez, é dona do terreno onde foram construídos o estádio Mineirão e o ginásio Mineirinho. Paulo Renato explicou que essas e outras universidades poderão vender seu patrimônio desnecessário e aplicar os recursos no ensino e na pesquisa, que são sua razão de ser.

Para o presidente Fernando Henrique Cardoso, esse programa é o primeiro passo para resolver o problema da falta de investimentos na Educação. "Não se pode fazer tudo de uma vez", disse. Ele lembrou que, no princípio, o governo destinou recursos para a educação básica. Agora, segundo o presidente, já há condições de investir no ensino superior. "Isso está sendo possível graças ao plano de estabilização da moeda", discursou. "A partir de agora começamos a ter investimentos de maior vulto na Educação."

Evânildo da Silveira



Colômbia Educaro

## Ministro apresenta proposta do MEC

**Universidades devem ter maior autonomia**

**C**om o objetivo de discutir as implicações da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Ministério da Educação e do Desporto (MEC) está realizando reuniões com os reitores das instituições públicas e privadas de todo o País. O primeiro desses encontros ocorreu no dia 25 de março passado, no auditório do Banco Central, em Brasília. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, apresentou para os reitores a proposta do MEC. Ela prevê a definição de critérios gerais, deixando a cada instituição o poder de decidir seu próprio processo seletivo.

O certo, por enquanto, é que o funil do vestibular não é mais o único meio de acesso à universidade. Em seu Art. 44, inciso II, a nova LDB estipula que os cursos de graduação estarão abertos a candidatos "que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo

seletivo". A expressão "concurso vestibular", presente na lei anterior, foi substituída por "processo seletivo", o que, segundo o ministro, não é mero jogo de palavras. "O objetivo da nova lei é dar maior liberdade às universidades para que elas próprias definam os critérios e procedimentos de seleção dos seus futuros alunos", explicou Paulo Renato.

Mas o MEC quer que esse processo seja feito dentro de certos limites. "As universidades têm autonomia, mas precisamos zelar pelo princípio da equidade, garantido pela Constituição", justificou o ministro. "Temos de evitar que o ingresso nelas se torne ainda mais elitista." Ele defende a idéia de que a reserva de vagas por outras formas de seleção que não o vestibular e o ENEM não seja superior a 30%. Entre esses outros processos de seleção estão a avaliação do currículo do aluno e a avaliação seriada. Nesta última, os alunos do 2º grau são submetidos a provas anuais, aplicadas pelas universidades nas três séries, e os que forem



Júlio César/MEC

## VESTIBULAR

**O encontro com os reitores, em Brasília: "processo seletivo"**

aprovados têm vaga garantida.

Para o reitor Antonio Manoel dos Santos Silva, que participou da reunião em Brasília, a nova LDB não mudará a forma de seleção adotada pela UNESP. "Nós já adotamos um processo seletivo diferente", diz. "Já socializamos o ingresso. A maioria de nossos alunos, cerca de 55%, vem das escolas públicas e não são das classes de mais alta renda." Antonio Manoel explicou que a Universidade traça o perfil do aluno que deseja e a partir daí

realiza o seu vestibular. Além disso, dá bolsas e inscrições gratuitas ao vestibular. O reitor também não vê motivo de preocupação em relação ao ENEM. "Esse exame não deve atemorizar ninguém", diz. "Ele não será o único critério de seleção. As universidades têm autonomia e serão elas que vão determinar a melhor maneira de escolher seus alunos." (Leia mais sobre a nova LDB no encarte que acompanha esta edição.) (E.S.)

# Garantia de boas safras

Central presta serviços gratuitos a produtores rurais

Se fosse preciso colocar o nariz para fora de casa, o administrador de empresas Sílvio Luiz Bettini conseguiu evitar a destruição de sua plantação de três mil pés de goiaba, cultivados na Fazenda Nossa Senhora Aparecida, em Pongá, noroeste do Estado. A ameaça era terrível: um ataque fulminante da bactéria responsável pela propagação de uma doença chamada bacteriose da goiabeira. Constatado o problema, Bettini pegou o telefone e acionou a Central de Atendimento UNESP-Jaboticabal, a 160 quilômetros da fazenda. Em seguida, enviou pelo correio algumas amostras dos ramos contaminados, completamente secos. Dois dias depois obteve a resposta: o diagnóstico apontava para a bacteriose, doença até então desconhecida na região, que atinge a planta pelas flores, progride pelos galhos e seca os frutos. "Fui orientado para cortar os galhos ressecados, passar cobre no local da poda, para não propagar a doença, e pulverizar a plantação com fungicida", explica Bettini. "E deu certo." Bettini elogiou a rapidez do serviço prestado pela UNESP. "Se demorasse mais um pouco, poderíamos perder toda a produção."

Inaugurada em 22 de novembro do ano passado e gerenciada por uma comissão integrada por representantes dos três cursos da faculdade — Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia —, a central é resultado de uma parceria entre a Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias do câmpus de Jaboticabal e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento/Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati).

## ALTA DEMANDA

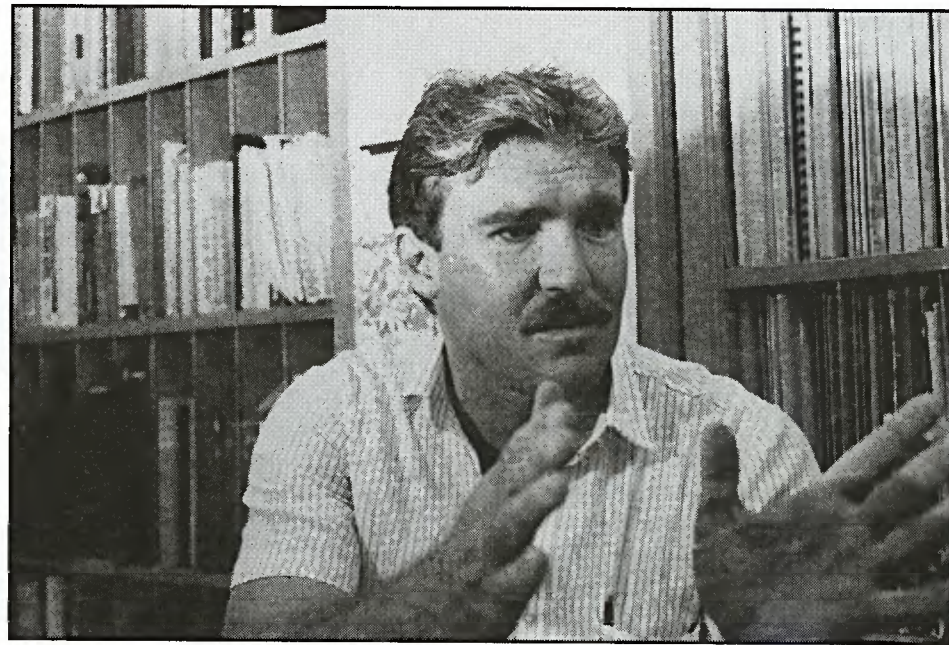
De acordo com o professor Júlio César Durigan, diretor da FCAV, a idéia do serviço é atender, de forma organizada, cartas e telefonemas de produtores rurais e profissionais da área de agropecuária, que frequentemente buscam informações na unidade.

## ADMINISTRAÇÃO

# Ministro inova em aula magna

Raul Jungmann atende, em Araraquara, pedidos de líderes dos sem-terra

Quando se pensa em aula magna, imagina-se um expositor discorrendo teoricamente sobre algum assunto para uma platéia de representantes acadêmicos. Não foi o que aconteceu na aula inaugural que Raul Jungmann, ministro de Política Fundiária, deu para o curso de Administração Pública da Faculdade de Ciências e Letras (FCL), câmpus de Araraquara, em 12 de março último. Perante um público heterogêneo de cerca de 800 pessoas, formado por alunos dos quatro anos do curso, por professores e por perto de 150 representantes dos assenta-



Mariene Bergamo

## ALTA DEMANDA

Durigan: 130 consultas em menos de dois meses

"Sempre tivemos uma demanda alta pelos nossos serviços, mas o atendimento era desorganizado", justifica. Desde a implantação da Central de Atendimento, que não cobra pelos serviços prestados, até o início de março último, foram feitas 130 consultas, a maioria delas ligada à área de horticultura. "Atendemos uma média de duas solicitações por dia", revela o engenheiro agrícola Emir de Haro Petrechen, da Cati, que responde pelos casos mais simples e é um dos responsáveis pela triagem dos pedidos, junto com a funcionária Vera Sonia Del Vecchio.

A central funciona numa sala do prédio da administração da FCAV, onde estão cadastradas, num computador, as principais linhas de pesquisa de 239 docentes dos cursos de Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia. Para agendar uma consulta, o interessado deve telefonar para (016) 323-

2500 ramal 161, de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 17 horas, ou enviar o pedido pelo fax (016) 322-4275. Segundo Vera, a Central tem um relatório de atividades elaborado por cada docente, onde constam os dias e horários disponíveis para as atividades de extensão. "Marcamos as entrevistas solicitadas, seguindo as atividades estabelecidas pela agenda", afirma.

De acordo com Durigan, foram distribuídos 500 catálogos, contendo nome, currículo e as principais linhas de pesquisa de cada um dos docentes, para casas de agricultura, sindicatos rurais e lojas de produtos agropecuários de todo o Estado, além de universidades públicas e particulares. "Queremos agora ampliar o atendimento, cadastrando os serviços prestados pelos nossos ex-alunos e colocando estagiários dos três cursos para responder as cartas", ressalta o diretor.



José Augusto

## COTIDIANO

Jungmann, no gabinete improvisado: dia-a-dia da administração

mentos da região, o ministro transformou o auditório da FCL numa espécie de extensão de seu gabinete brasiliense, atendendo reivindicações encaminhadas pelos líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

De acordo com Álvaro Martim Guedes, coordenador do curso de Administração Pública do câmpus, Jungmann definiu a área de atuação de sua pasta, explicando quem resolve cada item e quanto demora o processo de tomada de decisão. Ainda segundo Guedes, o ministro foi muito direto e não deixou pergunta sem resposta,

viesses ela de lideranças do MST, de alunos ou professores da FCL. "Na medida em que ia recebendo as reivindicações, mostrava o cotidiano da administração pública, combatendo o mito de que o setor público pouco trabalha e nada realiza", comenta. Houve ainda o descerramento de uma placa comemorativa ao evento, continuando um hábito iniciado em 1995, quando Luiz Carlos Bresser Pereira, então ministro da Administração Pública, realizou a aula magna do curso. "A primeira placa jamais se esquece", disse, bem-humorado, na ocasião, Raul Jungmann.

## RESUMO

### GRAMSCI EM FRANÇA

Há 60 anos morria o pensador italiano Antonio Gramsci. Até que ponto seu trabalho influencia a esquerda européia deste século? Qual é a relação que a intelectualidade brasileira mantém com o pensamento gramsciano? Para avaliar essas e outras questões, a Faculdade de História, Direito e Serviço Social (FHDSS) da UNESP, câmpus de Franca, estará realizando, de 19 a 22 de maio, o colóquio "Gramsci — 60 anos: a vitalidade de um pensamento". O evento, composto de conferências, mesas-redondas e workshops, terá a presença de Carlos Nelson Coutinho (UFRJ), Luiz Werneck Vianna (IUPERJ), Ivete Simionatto (UFSC) e Marco Aurélio Nogueira (UNESP/Araraquara). "Os temas e as reflexões que o colóquio sugere cobrirão um amplo leque de interesses, incluindo cultura, história e política", informa Alberto Aggio (FHDSS), coordenador do evento. Outras informações, pelo telefone (016) 722-6222, ramal 67.

### BACHARELADO

Criado em 1990, o curso de Ciências Biológicas da Faculdade de Ciências e Letras (FCL) do câmpus de Assis será oferecido, a partir do próximo vestibular, em nível de bacharelado. Até agora, o curso era oferecido apenas em licenciatura. "Esta iniciativa faz parte do programa de reestruturação do curso, que ainda é relativamente novo e precisa ser melhorado", explica a bióloga Vera Cristina Silva, chefe do Departamento de Ciências Biológicas da faculdade. Com a inovação, os alunos que entrarem em bacharelado terão a opção de fazer a licenciatura posteriormente. O curso, oferecido em período integral, terá, em comparação com a licenciatura, mais matérias optativas, mais estágios e a obrigatoriedade da apresentação de uma monografia final. "O estudante estará melhor preparado para fazer uma pós-graduação", afirma Vera. Os atuais alunos da licenciatura não poderão fazer a opção pelo bacharelado.

### FÓRUM DE DIRETORES

Desde o último dia 26 de fevereiro, os diretores de todas as unidades da UNESP estão se reunindo mensalmente para discutir problemas relativos à administração das faculdades. "Queremos trocar informações, discutir problemas e incentivar uma conduta de atuação uniforme", explica Regina Coeli Guedes de Souza Pinto, diretora do Instituto de Artes (IA), em São Paulo, e vice-presidente do Conselho de Diretores da UNESP-Conduesp, como está sendo chamado este fórum informal. "Será uma maneira também de os diretores conhecerem a realidade de outras unidades, entendendo as reivindicações levadas por elas aos órgãos colegiados." O presidente do fórum é Antônio Geraldo de Aguiar, diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) do câmpus de Marília. A próxima reunião está marcada para o dia 3 de abril, no câmpus de Rio Claro.

### TRANSPLANTE DE MEDULA

A população de Botucatu conta, desde o último dia 4 de abril, com um novo serviço de ponta na área de medicina. Um acordo de cooperação entre a Faculdade de Medicina da UNESP daquela cidade e o Hospital Doutor Amaral de Carvalho, de Jaú, tomou possível a implantação do terceiro centro de transplante de medula óssea do interior do Estado — os outros dois funcionam em Campinas e Ribeirão Preto. O serviço foi entregue ao secretário estadual da Saúde, José da Silva Guedes, que o recebeu em nome do SUS, Sistema Único de Saúde, em cerimônia no Salão Nobre da FM, pelo diretor do Hemocentro da FM, Paulo Machado. Pelo acordo, o Hemocentro da FM prepara a medula — escolha e purificação das melhores células e teste de compatibilidade — e a cirurgia é feita no Hospital Doutor Amaral de Carvalho. Até o momento do acordo, já haviam sido realizadas 13 cirurgias, o que tornou possível o repasse do serviço ao SUS, que só paga o transplante à instituição que o faz depois que ela tiver realizado pelo menos 10 operações. O Hemocentro passa a receber R\$ 25 mil por cirurgia.

### BOLSAS PARA MÚSICOS

Cantores e regentes de coro e orquestra e instrumentistas de cordas, sopro ou percussão (exceto violão e teclados) têm até o dia 16 de maio para inscrever-se no Programa Bolsas Vitae de Música. As bolsas são para estudos e aperfeiçoamento em música erudita no Brasil e Exterior. O programa também concede uma bolsa de dois anos para instrumentistas de cordas, sopro ou percussão na Academia da Orquestra Filarmônica de Berlim. O resultado será divulgado no dia 25 de junho. Outras informações, com Izabel ou Lia, pelo telefone (011) 3061-5299.

# S.O.S. ensino básico

**UNESP oferece 128 cursos à rede estadual**

**P**rofessores, supervisores de ensino, assistentes técnicos pedagógicos, diretores de escolas e professores coordenadores da rede básica estadual em busca de aperfeiçoamento e reciclagem têm agora na UNESP um poderoso aliado. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) contratou a UNESP como uma das universidades responsáveis pela implantação da primeira fase do Programa de Educação Continuada da Secretaria do Estado da Educação (SEE). A UNESP passou então a oferecer às delegacias regionais do interior do Estado, a partir do primeiro semestre de 1997, um leque de 128 cursos que abrange Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e Meio Ambiente, História, Geografia, Disciplina na Escola, Metodologia do Ensino e Prática Pedagógica, entre outros tópicos.

De acordo com a Secretaria da Educação, o número de profissionais da rede básica estadual a serem atingidos pelas ações educacionais da UNESP (14.935) ultrapassa o da USP (10.160) e o da Unicamp (6.370). O educador João Bosco da Costa Azevedo, Coordenador do Programa de Ações de Educação Continuada da SEE na UNESP, credita o grande número de alunos a serem atingidos à distribuição geográfica da Universidade. "Além disso, nossa relação com a formação de recursos humanos para a educação é muito estreita", afirma. De fato, entre os 53 diferentes cursos de graduação mantidos pela UNESP, 13 (25%) dedicam-se à formação de educadores de

primeiro e segundo graus. Além disso, em 1997, das 4.330 vagas oferecidas no vestibular, 1.795 (40,5%) foram reservadas para os diferentes cursos de licenciatura. A UNESP conta ainda, desde 1989, com um curso de Pós-Graduação em Educação, no câmpus de Marília, com área de concentração em "Ensino na Educação Brasileira".

## DEMANDAS REGIONAIS

As ações educacionais em implantação pela Universidade estão inseridas no projeto Inovações no Ensino Básico (IEB), da SEE, e se tornaram viáveis graças a um empréstimo que o governo estadual obteve junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD (Banco Mundial). O valor transferido para a Fundação para o Desenvolvimento da UNESP (Fundunesp) atingirá R\$ 933.380,04, a ser aplicado em vários pólos de atuação no interior do Estado, de acordo com as demandas regionais das delegacias de ensino. "Uma das especificações do contrato é justamente realizar os cursos de acordo com o interesse e as necessidades dos profissionais de cada região", explica o coordenador.

Ao todo, mais de 150 profissionais da UNESP, entre o coordenador geral, os coordenadores de área, secretárias e docentes, estarão trabalhando com 429 turmas, num total de 10.296 horas/aula. "O objetivo do Programa de Edu-

cação Continuada é mudar a cara da escola pública no Estado, atacando seus pro-

blemas básicos, como evasão escolar e repetência. Desse modo, ela poderá resgatar seu papel como formadora de cidadãos", atesta Azevedo. Entre os cursos, alguns dos mais procurados vêm sendo "Tópicos de Política e Gestão Educacional", que atende profissionais da rede pública de Marília, Garça, Paraguaçu Paulista, Tupã e Ourinhos; e "A Escola Pública e suas Relações Humano-Sociais e Educacionais. Sala de Aula: espaço físico e pedagógico"; abrangendo os municípios de Bauru, Lençóis Paulista e Itararé. "A expectativa é realizar o segundo módulo dos cursos no segundo semestre deste ano e mais dois módulos em 1998", espera o educador.

(O.D.)



## GRADUAÇÃO

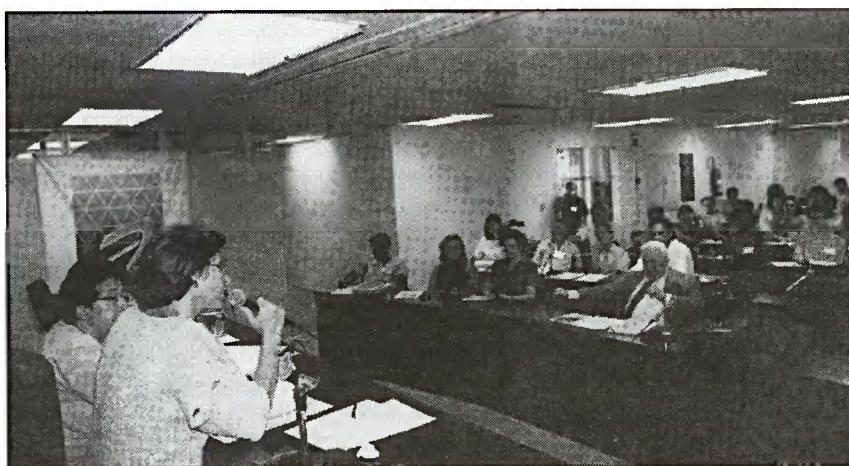
# Novas diretrizes

**Meta é aprimorar o que foi feito em anos anteriores**

**C**om o objetivo de dar continuidade ao processo de avaliação dos cursos de graduação e recolher subsídios para efetuar o projeto da nova gestão, a pró-reitora de Graduação, Maria Aparecida Viggiani Bicudo, reuniu-se, dia 18 de março último, com 76 dos 81 coordenadores de cursos de graduação da UNESP. "O encontro serviu também para informá-los das diretrizes que estão norteando a Pró-Reitoria de Graduação nesta gestão", explica Bicudo. "Além disso, queríamos ouvir os coordenadores antes de fechar o projeto para este novo mandato."

Entre as diretrizes que Maria Bicudo pretende colocar em prática estão a formação continuada do docente da UNESP, por meio de contatos diretos ou de um setor pedagógico a ser constituído; a ampliação do número de vagas nos cursos noturnos e a atualização dos currículos. A pró-reitora pretende ainda implementar estudos e propostas que visem diminuir a evasão escolar na Universidade. Além disso, ela quer criar e manter um banco de dados dos alunos da graduação e investir na formação continuada dos servidores técnico-administrativos, que trabalhem na área de apoio acadêmico.

Dentro do processo de atualização curricular, Maria Bicudo pretende verificar quais os cursos que estão trabalhando



## ENCONTRO

**Maria Bicudo e os coordenadores: projeto da nova gestão**

com novas tecnologias. "Também vou analisar quais as possibilidades de trabalho que essas novas tecnologias podem trazer, principalmente na área das Ciências Humanas", diz. Entre essas possibilidades, está o banco de dados dos alunos, onde haverá informações sobre sua situação sócio-econômica, desempenho escolar, bolsas que tiver recebido e outros dados.

Na questão da atualização do currículo, Maria Bicudo pretende atentar para procedimentos de avaliação do ensino e do rendimento escolar dos estudantes, promover auto-avaliação e avaliação ex-

terna dos cursos e definir e implementar uma política de licenciatura na UNESP. A pró-reitora de Graduação assegura ainda que neste seu novo mandato promoverá encontros setoriais, entre cursos de áreas afins. "Também organizaremos pelo menos três cursos de Extensão para os funcionários técnico-administrativos", adianta. "Estes cursos tratarão da autonomia universitária e outras questões de fundo ou pertinentes ao cotidiano do servidor e da Universidade. Em síntese, o que se pretende na nova gestão é inovar e aprimorar a partir do que já foi feito até aqui."

## Em defesa da cidadania

**N**o dia 26 de fevereiro último, várias entidades ligadas a movimentos sociais de Marília e região reuniram-se na Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) do câmpus da UNESP daquela cidade e criaram o Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania. O objetivo é, a partir da investigação de questões sociais, intervir em pontos considerados críticos, como a exploração do trabalho infantil. "Tendo como base o núcleo, a Universidade deverá ter papel destacado como pólo de atração junto a entidades civis e sociais", explica a socióloga Maria Valéria Barbosa Veríssimo, professora do Departamento de Sociologia da faculdade e uma das organizadoras do núcleo.

O projeto de criação do órgão nasceu em 1995, durante a VI Jornada Pedagógica Educação Pela Paz, realizada na faculdade. O núcleo, ainda não instituído oficialmente, funciona em uma sala do Departamento de Sociologia da FFC. "Queremos criar uma associação de defesa da cidadania na cidade, que seria o último passo para a legalização do núcleo, e poder atuar mais diretamente na questão", diz Maria Valéria. A comissão organizadora provisória do novo órgão conta, além de Maria Valéria, com Martha dos Reis e Vinício Martinez, respectivamente professora e doutorando em Educação da FFC, com representantes da Igreja Católica e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.



# Cuidado, Chapeuzinho!

Socióloga analisa a relação entre homens e mulheres sob a luz de *Chapeuzinho Vermelho* e conclui: o conto é um alerta sobre a astúcia e ambivalência masculinas

EVANILDO DA SILVEIRA

A pequena Isabela, hoje com cinco anos de idade, ainda não sabe, mas tirou Chapeuzinho Vermelho da floresta e a colocou nas salas de aula. Ao começar a lhe contar contos de fada, quando Isabela tinha dois anos, sua mãe, a socióloga Andréa de Souza Túbero Silva, percebeu que em alguns desses contos havia uma relação de dominação e até de violência dos personagens masculinos em relação aos femininos. Surgiu daí a idéia de estudar as relações de gênero, isto é, a maneira como se relacionavam homens e mulheres, nos contos populares, no caso específico, em *Chapeuzinho Vermelho*, e compará-las com as relações de hoje.

Esse interesse resultou na dissertação de mestrado *As múltiplas faces da Chapeuzinho e do Lobo: as relações de gênero no conto*, apresentada e aprovada com distinção e louvor no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras (FCL) da UNESP, câmpus de Araraquara, em fevereiro deste ano. A decisão de Andréa, de discutir as relações entre homens e mulheres e a questão da violência sob a luz de *Chapeuzinho Vermelho*, também foi influenciada pela constatação de que esse conto continua a ser reproduzido, ainda hoje, em suas versões originais. Versões essas que continuam sendo recontadas e adaptadas às novas realidades históricas, por meio das mais variadas formas de expressão, como a escrita, o teatro, o cinema e a televisão. "Isso possivelmente significa que a ameaça do Lobo, comum às três versões, ainda possui algum

significado para nós", presume Andréa. Com sua tese, a pesquisadora também tentou preencher uma lacuna na historiografia oficial, que, segundo ela, não permite estudar a história social das mulheres. "A historiografia oficial tem um discurso predominantemente masculino", justifica.

A história de *Chapeuzinho Vermelho* começou a ser contada à beira das lareiras, nas longas noites de inverno da França do século XVIII e, a partir daí, espalhou-se pelas mais diversas culturas do planeta. Andréa analisou três das 35 versões conhecidas de *Chapeuzinho Vermelho* — a dos camponeses franceses, a de Charles Perrault e a dos Irmãos Grimm (leia quadro na página ao lado) — e chegou à conclusão de que o conto está relacionado à temática da dominação masculina e da violência contra as mulheres. "As duas primeiras versões, apesar das diferenças, são um alerta às mulheres em relação à ambivalência masculina, ou seja, a dicotomia entre racionalidade e instinto, própria dos homens", explica a socióloga. "Essa ambivalência se revela, no conto, sobretudo por meio da sexualidade violenta do Lobo/homem, que aniquila a protagonista feminina."

## DOMINAÇÃO

Segundo Andréa, o conto *Chapeuzinho Vermelho* permite constatar que a violência contra as mulheres é um tema ancestral, secular. A relação desigual entre a menina, metáfora da mulher, e o lobo, que representa o homem, faz referência às relações entre



A socióloga Andréa, o Lobo e Chapeuzinho: "A caça e a sedução são da natureza do Lobo/homem"



Sergio Amador

Seja porque sucumbe à sedução, seja por ser extremamente ingênua, seja ainda por desobediência. "Em síntese, os contos advertem que é a mulher que deve tomar cuidado", diz Andréa. "Sugerem que é da natureza do Lobo/homem a sedução, a caça, e que cabe à mulher se defender." Mais do que lições morais ou mera forma de fazer filhos pequenos se entreterem ou dormir quando lhes falta o sono, para Andréa o conto *Chapeuzinho Vermelho* revela que a repressão às mulheres é uma constante ao longo da história. É uma situação vivida pelas descendentes de Eva, que se cristalizou no tempo e ainda hoje pode ser observada como fóssil social que teima em continuar vivo. Algo que ela espera não seja vivido pela pequena Isabela. "Espero que *Chapeuzinho Vermelho* não retrate para Isabela uma realidade", sonha. "Que o destino trágico da personagem feminina não mais faça parte da realidade das mulheres da geração de minha filha."

## Os autores

Charles Perrault nasceu em Paris, em 1628, e morreu na mesma cidade, em 1703. Arquitecto e responsável pela política cultural de Colbert, o primeiro ministro de Luís XIV, o Rei Sol, Perrault ficou célebre por dois fatos. Participou da Querela dos Antigos e Modernos na Academia Francesa de Letras e escreveu, em 1697, os contos de fadas *Contes de ma mère l'Oye*, conhecidos em português como *Contos de minha Mãe Gansa* ou *Contos da carochinha*. Na verdade, ele não foi o autor, mas apenas recolheu as narrativas orais da população camponesa e os compilou e adaptou para a Corte de Versalhes. Entre os contos mais conhecidos estão, além de *Chapeuzinho Vermelho*, *A Bela Adormecida do bosque*, *O Barba Azul*,

*A Gata Borralheira* e *As botas de sete léguas*. A semelhança de Perrault, os escritores, filólogos, folcloristas e contistas Jacob Ludwig Carl Grimm (1785-1863) e Wilhelm Carl Grimm (1786-1859), mais conhecidos como irmãos Grimm, também fizeram compilações de contos populares. Em 1812, 1815 e 1822 eles publicaram *Contos de fadas para crianças*. O objetivo era a preservação do material folclórico, lendas e mitos populares ameaçados de desaparecimento. Embora os contos tenham tornado os irmãos Grimm conhecidos universalmente, suas obras mais importantes estão no campo da filologia, entre as quais destacam-se *Dicionário alemão* e *Gramática da língua alemã*.

## O DESFECHO, EM TRÊS VERSÕES

### Versão camponesa

Então o lobo disse:  
— Tire a roupa e deite-se comigo.  
— Onde ponho meu avental?  
— Jogue no fogo. Você não vai precisar mais dele.  
Para cada peça de roupa — corpete, saia, anágua e meias — a menina fazia a mesma pergunta. E a cada vez o lobo respondia:  
— Jogue no fogo. Você não precisa mais dela.  
Quando a menina se deitou na cama, disse:  
— Ah, vovó! Como você é peludal!  
— É para me manter mais aquecida, querida.  
— Ah, vovó! Que ombros largos você tem!  
— É para carregar melhor a lenha, querida.  
— Ah, vovó! Como são compridas as suas unhas!  
— É para me coçar melhor, querida.  
— Ah, vovó! Que dentes grandes você tem!  
— É para melhor comer você, querida.  
E ele a devorou.

### Versão de Charles Perrault

Chapeuzinho Vermelho despiu-se e se meteu na cama, onde ficou muito admirada ao ver como a avó estava esquisita em seu traje de dormir. Disse a ela: "Vovó, como são grandes os seus braços!" "É para melhor te abraçar minha filha!" "Vovó, como são grandes as suas pernas!" "É para poder correr melhor, netinha!" "Vovó, como são grandes as suas orelhas!" "É para ouvir melhor, netinha!" "Vovó, como são grandes os seus olhos!" "É para ver melhor, minha netinha." "Vovó, como são grandes os seus dentes!" "É para te comer!" E assim dizendo, o malvado lobo atirou-se sobre Chapeuzinho Vermelho e a comeu.

### Versão dos Irmãos Grimm

Então ela se aproximou da cama e abriu as cortinas. Lá estava a vovó deitada, com uma touca bem afundada na cabeça, e um aspecto muito esquisito.  
— Ai, vovó, que orelhas grandes você tem!  
— É para te ouvir melhor.  
— Ai, vovó, que olhos grandes você tem!  
— É para te enxergar melhor.  
— Ai, vovó, que mãos grandes você tem!  
— É para te agarrar melhor.  
— Ai, vovó, que bocarra enorme você tem!  
— É para te devorar melhor.  
E nem bem o lobo disse isso, deu um pulo da cama e engoliu a pobre Chapeuzinho Vermelho. Quando o lobo satisfez a sua vontade, deitou-se de novo na cama, adormeceu e começou a roncar muito alto. O caçador passou perto da casa e pensou: "Como a velha está roncando hoje! Preciso ver se não lhe falta alguma coisa." Então ele entrou na casa e quando olhou para a cama viu que o lobo dormia nela.  
E aqui que eu te encontro, velho malfetor, — disse ele, — há tempo que estou à tua procura.  
Aí ele quis apontar a espingarda, mas

lembrou-se de que o lobo podia ter devorado a vovó, e que ela ainda poderia ser salva. Por isso, ele não atirou, mas pegou uma tesoura e começou a abrir a barriga do lobo adormecido. E quando deu algumas tesouradas, viu logo o verme do chapeuzinho, e mais um par de tesouradas, e a menina saltou fora e gritou:  
— Ai como eu fiquei assustada, como estava escuro lá dentro da barriga do lobo!  
E aí a velha saiu para fora ainda viva, mal conseguindo respirar. Mas Chapeuzinho Vermelho trouxe depressa umas grandes pedras, com as quais encheu a barriga do lobo. Quando ele acordou, quis fugir correndo, mas as pedras eram tão pesadas, que ele não pode levantar e caiu morto.  
Então os três ficaram contentíssimos. O caçador arrancou a pele do lobo, levou-a para casa, a vovó comeu o bolo e bebeu o vinho que Chapeuzinho Vermelho trouxera e logo melhorou, mas Chapeuzinho Vermelho pensou: "Nunca mais eu sairei do caminho sozinho, para correr dentro do matão, quando a mamãe me proibir fazer isso."



homens e mulheres, que se caracterizavam, e ainda hoje se caracterizam, como relações de dominação deles sobre elas. "Parti da concepção do conto popular enquanto obra aberta a novos sentidos", esclarece. "Assim, as adaptações atuais podem se traduzir em novos discursos, relacionados a outras condições históricas e culturais."

Para a socióloga, pelo menos na versão camponesa, o tom da narrativa admite a interpretação de que o narrador é uma mulher, experiente e madura, falando às mais jovens. Entretanto, é importante notar que o perigo do lobo/homem era externo. Chapeuzinho Vermelho deparava-se com ele a caminho da casa da avó, que morava em outra aldeia, e não vê nele perigo iminente. Cabe ressaltar, ainda, que em nenhuma das versões Chapeuzinho sente medo ou repulsa ao encontrar-se com o Lobo, o que dá margem à interpretação de que ele era "conhecido", apesar de a personagem ignorar sua verdadeira natureza.

Das três versões estudadas por Andréa, a primeira, e menos conhecida, remonta à tradição camponesa francesa do século XVIII — e, embora a segunda, de Charles Perrault, também seja dada como data provável do século XVII, Andréa não concorda com essa datação. Para ela, a versão de Perrault é

posterior à camponesa, que se chama *O glutão*. Nela, Chapeuzinho Vermelho ainda não tem esse nome. É a versão mais crua de todas. Não há juízos de valor. "O Lobo não é qualificado como malvado, nem a menina como ingênua", explica Andréa. "Nessa narrativa, como na de Perrault, o destino da menina é trágico. As duas sugerem que Chapeuzinho Vermelho foi violentada e aniquilada pelo Lobo."

Na compilação de Charles Perrault, as relações entre os dois personagens principais se assemelham às da versão camponesa, no que se refere à interpretação de que a protagonista desconhece completamente a natureza do Lobo. Mas há diferenças importantes. Uma delas é que o narrador se coloca ora numa perspectiva externa, como mero observador, ora numa perspectiva interna, revelando sentimentos, emoções e intenções dos personagens. Além disso, o narrador acentua mais a ingenuidade da menina. Há ainda, na personalidade de Chapeuzinho, dois componentes em oposição: dever e prazer. É este último, segundo Andréa, que faz com que ela se desvie do caminho, colhendo avelãs, brincando com as borboletas e fazendo um buquê de flores. "Portanto, conclui-se, as destinatárias do conto são as meninas e jovens, ingênuas



## O homem é o lobo da mulher

Em sua dissertação, a socióloga Andréa de Souza Túbero Silva não se limita a analisar as versões do conto *Chapeuzinho Vermelho* no contexto histórico em que elas surgiram. Ela também as utiliza para interpretar as relações de gênero na atualidade. Segundo Andréa, as três versões reproduzem a noção cristalizada de uma dicotomia entre o espaço público, o mundo, que é do homem, e o espaço privado, doméstico, que é da mulher. Essa situação começou a tomar contornos mais nítidos a partir da Revolução Francesa, em 1789. De acordo com Andréa, o espaço público passa, então, a ser o domínio da sociedade vigilante e repressiva, em que o silêncio é a única proteção. A família nuclear, surgida a partir do século XIX, torna-se um dos escudos e hoje é a forma mais acabada dessa trincheira da intimidade. "Neste sentido, a sexualidade foi seqüestrada e privatizada", diz. Hoje, essa situação está mudando. O domínio masculino do espaço público, o padrão duplo de relacionamento, a distinção entre

mulheres "puras" e "impuras", a compreensão da diferença sexual como produto da natureza ou da Biologia e representação das mulheres como seres irracionais em seus desejos e ações são conceitos que estão em xeque. "A reivindicação do prazer pelas mulheres rompeu os limites da esfera privada", constata Andréa. "Deixou os homens meio perdidos." É por isso que, de acordo com a socióloga, a violência sexual contra as mulheres e crianças no espaço doméstico, que hoje já se tornou pública, revela, antes de mais nada, a insegurança e o desajuste dos homens em relação às transformações sociais que vêm ocorrendo. "O estupro é o principal esteio da dominação masculina na sociedade moderna", diz a pesquisadora. "Mas há um dado positivo, no entanto: o aumento das denúncias de violência contra as mulheres. Isso talvez signifique que as mulheres tenham quebrado o pacto de silêncio e começaram a denunciar crimes que vêm sendo cometidos há séculos na trincheira da intimidade."

# Uma história de meio século

**Idealizada em 1947, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação obriga as instituições de ensino superior a reformularem sua estrutura e funcionamento**



**A** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ou, simplesmente, LDB, estabelece diretrizes gerais para a organização do ensino no Brasil, em todos os seus níveis. A nova lei, aprovada em 23 de dezembro de dezembro de 1996, é decorrência do cumprimento do dispositivo constitucional que atribui à União a prerrogativa de definir as diretrizes e bases da educação no País.

A primeira LDB foi aprovada em 20 de dezembro de 1961, identificada como Lei nº 4.024/61, e resultou de uma longa tramitação do projeto elaborado durante os anos de 1947 e 1948 por decorrência da Constituição de 1946. Esta lei de 1961 sofreu modificações ao longo do tempo, principalmente após o golpe militar de 1964. A recém-implantada ordem sócio-econômica promoveu reformulações nas normas constitucionais referentes à educação e, conseqüentemente, também na legislação ordinária. Em 1968, as mudanças foram referentes ao ensino superior. O mesmo ocorreu em 1971, desta vez, com relação ao ensino de primeiro e segundo graus.

Dezessete anos depois, nova mudança constitucional acarretaria a reorganização legal da educação. O processo de reforma da educação iniciou-se no Congresso Nacional logo após a promulgação da

Constituição Federal de 1988, que manteve a atribuição privativa da União de legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. No mesmo ano, foi proposto, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 1.258, de autoria do ex-deputado Octávio Elisio, que estabelecia os fins, princípios e organização da educação.

Este projeto de lei foi discutido no âmbito de diversas comissões técnicas. Participaram as Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Educação, Cultura e Desporto e de Finanças e Tributação. Aprovado na forma de um substitutivo, foi encaminhado a plenário no início de 1991. O projeto de Elisio recebeu 1.263 emendas, devidamente apreciadas e votadas em novembro de 1992. Foi aprovado, então, um substitutivo, contendo 152 artigos e encaminhado ao Senado em maio de 1993.

#### DARCY RIBEIRO

Enquanto esse processo se desenrolava na Câmara, em 1992, o senador Darcy Ribeiro apresentou no Senado um projeto de lei propondo uma nova LDB, subscrito também pelos então senadores Marco Maciel e Maurício Corrêa. Não conseguindo aprovação naquele momento, esse projeto passou por sucessivas versões, vindo a se transformar na Lei nº 9.394, que em 92 artigos, estabelece novas diretrizes e bases

para a educação. A LDB foi aprovada e assinada pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso e o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, no dia 20 de dezembro de 1996 e, três dias depois, foi publicada no Diário Oficial da União.

A nova lei, no que diz respeito ao ensino superior, trouxe avanços em relação aos projetos anteriores. Dá preferência, por exemplo, aos professores, que devem ser maioria absoluta na eleição dos integrantes dos órgãos colegiados, responsáveis pela escolha dos dirigentes universitários. Possibilita também a criação de universidades especializadas por área, como saúde, ciências agrárias e engenharias, torna obrigatório o concurso para o exercício do magistério e cria cursos sequenciais, com currículos maleáveis, que podem se adequar às exigências do mercado.

Este encarte apresenta a seguir como os principais órgãos colegiados estão se articulando para que o estatuto e o regimento geral da UNESP se adequem ao disposto na Lei de Diretrizes e Bases. Também mostra as principais diferenças entre o texto antigo e o novo da LDB referentes ao ensino superior. Na página 4, Bernadete Gatti, presidente da Câmara de Ensino de Terceiro Grau do Conselho Estadual da Educação, órgão normativo do sistema estadual de ensino, faz uma avaliação da atual legislação.

# O que muda na Universidade

## Estatuto e regimento geral sofrem alterações com a nova LDB

O prazo para a UNESP apresentar seu estatuto e regimento geral com as alterações previstas pela lei 9.394/96 se encerra no dia 30 de setembro de 1997. Duas comissões, uma formada por membros do Conselho Universitário (C.O.) e outra por integrantes do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária (CEPE), já estão trabalhando para apresentar um plano de adequação da Universidade às exigências da nova LDB (veja o calendário das atividades destas comissões no quadro ao lado). A partir daí, as propostas de alteração serão enviadas ao Conselho Estadual de Educação.

A comissão do C.O. terá como atribuição elaborar propostas de emendas ao estatuto e ao regimento geral da Universidade. Para isso, além de seus estudos internos, ela vai coletar eventuais sugestões encaminhadas pelas unidades ou por membros da comunidade acadêmica. Integram o grupo os docentes Carlota Josefina dos Reis Boto (FCL, de Araraquara), Raquel Lazzari Leite Barbosa (FCL, de Assis), Arif Cais (Ibilce de São José do Rio Preto), Maria Valéria Veríssimo (FFC, de Marília) e Marcos Tadeu Gonçalves (FET, de Bauru), os diretores Wellington Dinelli (FO, de Araraquara) e Antonio Geraldo de Aguiar (FFC, de Marília) e a técnica-administrativa Marlene Gasque (FCL, de Assis). O representante dos alunos ainda não foi indicado.

Já a comissão do CEPE irá, com o apoio das pró-reitorias, identificar as disposições da LDB que exijam, para o ano letivo de 1998, a adequação de procedimentos no âmbito da

Universidade, identificando os instrumentos normativos a serem alterados, além de apontar os dispositivos da lei que facultem a alteração de procedimentos atualmente em curso na Universidade. Também deverá apreciar as propostas formuladas pela comissão do CO. Compõem a comissão do CEPE os docentes Hercídia Mara Facuri

Coelho (FHDSS, de Franca), Rosa Maria Feiteiro Cavalari (IB, de Rio Claro) e Rosângela Zacarias Machado (FCAV, de Jaboticabal), o técnico-administrativo Angelo Roberto Martinhon Júnior (FFC, de Marília) e o aluno Eduardo Hiroshi Kawauche (FFAC, de Bauru). Não foram indicados ainda representantes das comissões assessoras.

### Cronograma de trabalho das comissões

No último dia 11 de março, o CEPE constituiu sua comissão para estudar a nova LDB. O C.O. tinha feito o mesmo no dia 27 de fevereiro. Acompanhe a agenda destas comissões:

**13 de junho** - Encaminhamento ao presidente do CO das propostas de emenda formuladas pela comissão correspondente;

**20 de junho** - Encaminhamento ao Presidente do CEPE das propostas formuladas pela respectiva comissão;

**26 de junho** - No C.O., discussão das propostas apresentadas por sua Comissão e definição de um projeto de reforma do Estatuto e do Regimento Geral;

**30 de junho** - Encaminhamento às unidades, para manifestação das congregações, do projeto de reforma do Estatuto e do Regimento Geral;

**8 de julho** - Definição, pelo CEPE, do cronograma de atividades a serem subsequentes desenvolvidas, tendo em vis-

ta a natureza dos instrumentos normativos que devem ser alterados e o colegiado competente para a respectiva aprovação, consideradas prioritariamente as adequações que deverão vigorar a partir do ano letivo de 1998;

**Até 15 de agosto** - Encaminhamento à Reitoria das propostas de emendas formuladas pelas congregações;

**30 de agosto** - Análise, pela comissão do CO, das propostas de emenda ao estatuto e ao regimento geral, encaminhadas pelas congregações;

**Setembro** - Discussão e aprovação das emendas ao estatuto e ao regimento geral pelo CO, por deliberação de dois terços da totalidade dos membros em exercício no colegiado.

### MUDANÇAS

A nova LDB coloca algumas questões polêmicas a serem estudadas pela Universidade. De acordo com a lei o número de docentes presentes nos órgãos colegiados, por exemplo, não pode ser inferior a 70% da composição total do colegiado.

Da mesma forma, as próximas eleições para reitor ou diretor de unidade não poderão mais ser paritárias, como acontece atualmente. Os votos do segmento docente terão que pesar 70% na distribuição dos votos da comunidade.

Outra norma que deverá alterar a rotina da Universidade é número mínimo de oito horas-aula semanais que devem ser cumpridas pelos docentes. "As unidades deverão contabilizar o número de horas atribuído às disciplinas de seus currículos e dividi-lo pelo número de docentes, para se chegar à média da unidade", explica Maria Aparecida Viggiani Bicudo, pró-reitora de Graduação. "Assim, será possível saber até que ponto cada unidade deve se adequar."

Itens que também merecerão longos debates referem-se à normatização para seleção e admissão de estudantes, que a partir de agora ficará a critério de cada instituição, e à adoção de cursos sequenciais por campo de saber, como saúde e engenharia.

As propostas das duas comissões serão apresentadas às congregações, que deverão discutí-las e, se houver, apresentar novas sugestões.

## Veja, a seguir, quadro comparativo entre a legislação anterior e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no que se refere ao ensino superior.

### AVALIAÇÃO

#### LEI 5.540/68

Não estabelece uma avaliação sistematizada nos diferentes sistemas de ensino.

#### LEI 9.394/96

Institucionaliza o "provão" em todos os graus de ensino.

Artigo 9 - "A União incumbir-se-á de: (...) VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade de ensino; (...)"

Mantido o artigo 3º (# 1º) da Lei 9.131/95, segundo o estabelecido pelo artigo 92 da atual LDB.

manos, estudados em si mesmos ou em razão de ulteriores aplicações e de uma ou mais áreas técnico-profissionais; f) a flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de pesquisa."

### NOVOS CURSOS

#### LEI 5.540/68

Deixa sob a responsabilidade da universidade a criação ou não de novos cursos, além dos regulamentares.

Artigo 18 - "Além dos cursos correspondentes a profissões reguladas em lei, as universidades e os estabelecimentos isolados poderão organizar outros para atender às exigências de sua programação específica e fazer face a peculiaridades do mercado de trabalho regional."

#### LEI 9.394/96

O item I deste artigo cria um novo tipo de curso superior, até aqui inexistente nos sistemas de ensino do Brasil: os cursos sequenciais.

Artigo 44 - "A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: I. cursos sequenciais por campo do saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino (...)"

### ESTRUTURA UNIVERSITÁRIA

#### LEI 5.540/68

Detalha a estrutura universitária.

Artigo 11 - "As universidades organizar-se-ão com as seguintes características:

a) unidade de patrimônio e administração;

b) estrutura orgânica com base em departamentos reunidos ou não em unidades mais amplas;

c) unidade de funções de ensino e pesquisa, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;

d) racionalidade de organização, com plena utilização dos recursos materiais e humanos;

e) universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos hu-

#### LEI 9.394/96

Torna abrangente a estrutura das universidades, não exigindo mais a organização por departamentos. Inova ao permitir a constituição de universidades "vocacionadas".

Artigo 52 - "As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano (...)"

# Único - "É facultada a criação de universidade especializada por campo do saber."

### PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTUDANTES

#### LEI 5.540/68

Determina o concurso vestibular como forma de ingresso dos estudantes aos cursos de graduação das universidades.

Artigo 17 - "(...) a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente e tenham sido classificados em concurso vestibular (...)"

#### LEI 9.394/96

Deixa sob critério das universidades a deliberação sobre normas de seleção e admissão dos estudantes.

Artigo 44 - "(...)II) de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo (...)"

Artigo 51 - "As instituições de educação su-

## Quadro comparativo

Artigo 21 - "O concurso vestibular, referido na letra "a" do artigo 17, abrangerá os conhecimentos comuns às diversas formas de educação do segundo grau, sem ultrapassar este nível de complexidade para avaliar a formação recebida (...)"

perior credenciadas como universidades, ao deliberar sobre critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levarão em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio (...)"

### AUTONOMIA

#### LEI 5.540/68

É ressaltado o papel do Conselho Federal de Educação na organização e estabelecimento de normas na graduação e pós-graduação.

Artigo 26 - "O Conselho Federal de Educação fixará o currículo mínimo e a duração mínima dos cursos superiores correspondentes a profissões reguladas em lei (...)"

#### LEI 9.394/96

Disciplina o uso da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial pelas universidades, conquistada no artigo 207 da Constituição de 1988. O Conselho Federal de Educação foi substituído pelo Conselho Nacional de Educação, com funções predominantemente assessorativas e não mais deliberativas.

Artigo 53 - "No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições: (...) II) fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes (...)"

### DIPLOMAS

#### LEI 5.540/68

Os diplomas de cursos superiores reconhecidos habilitam ao exercício profissional. Artigo 27 - "Os diplomas expedidos por universidade federal ou estadual, nas condições do artigo 15 da lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (...) serão registrados pela própria universidade, importando em capacitação para o exercício profissional na área abrangida pelo respectivo currículo, com validade em todo o território nacional."

#### LEI 9.394/96

Os diplomas de cursos superiores reconhecidos valem como prova de formação profissional.

Artigo 48 - "Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular. (...)"

### REGISTRO DE DIPLOMAS

#### LEI 5.540/68

O registro dos diplomas das universidades particulares ou dos estabelecimentos isolados deve ser feito pelas universidades federais e estaduais.

Artigo 27 (# 1º) - "O Ministério da Educação e Cultura designará as universidades federais que deverão proceder ao registro de diplomas correspondentes aos cursos referidos neste artigo, expedidos por universidades particulares ou por estabelecimentos isolados de ensino superior (...)" (# 2º) - "Nas unidades da Federação em que haja universidade estadual (...), os diplomas correspondentes aos mesmos cursos, expedidos por estabelecimentos isolados de ensino superior, mantidos pelo Estado, serão registrados nessa universidade."

#### LEI 9.394/96

A universidade que expede o diploma tem poder de registrá-lo. Única exceção fica por conta dos estabelecimentos isolados de ensino superior.

Artigo 48 (# 1º) - "Os diplomas expedidos pelas universidades serão por elas próprios registrados, e aqueles conferidos por instituições não universitárias serão registrados em universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação. (...)"

### REGIME DE TRABALHO

#### LEI 5.540/68

Não especifica o número de docentes em regime de tempo integral, nem define o número de professores que devem ter mestrado ou doutorado.

Artigo 34 - "As universidades deverão progressivamente e, na medida de seu interesse e de suas possibilidades, estender a seus docentes o regime de dedicação exclusiva às atividades de ensino e pesquisa."

#### LEI 9.394/96

Determina o número de docentes em regime de dedicação exclusiva e especifica o número mínimo com titulação de mestrado ou doutorado.

Artigo 52 - "(...) II. um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica, de mestrado ou doutorado.

III. um terço do corpo docente em regime de tempo integral. (...)"

### CRENCIAMENTO

#### LEI 5.540/68

Não prevê explicitamente o reconhecimento periódico de instituições de ensino superior.

Artigo 7º - "As universidades organizar-se-ão diretamente ou mediante a reunião de estabelecimentos já reconhecidos, sendo, no primeiro caso, sujeitas a autorização e reconhecimento e, no segundo, apenas a reconhecimento."

#### LEI 9.394/96

Inova ao introduzir o credenciamento e descredenciamento de cursos e instituições de ensino superior, depois de processo avaliativo.

Artigo 46 - "A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação."

# 1º - "Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas de autonomia, ou em descredenciamento. (...)"

### REVALIDAÇÃO DE DIPLOMAS

#### LEI 5.540/68

O Conselho Federal de Educação é que determina as normas para a revalidação de diplomas expedidos em instituições estrangeiras.

Artigo 51 - "O Conselho Federal de Educação fixará as condições para revalidação de diplomas expedidos por estabelecimentos de ensino superior estrangeiros, tendo em vista o registro na repartição competente e o exercício profissional no país."

#### LEI 9.394/96

O processo de revalidação é explicitado na própria lei.

Artigo 48 (# 2º) - "(...) Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação."

### CALENDÁRIO

#### LEI 5.540/68

Decreto-Lei 464/69 (estabelece normas complementares à Lei 5.540/68)

Artigo 7º - "No ensino superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, abrangerá, no mínimo, 180 dias."

#### LEI 9.394/96

Artigo 47 - "Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, 200 dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver."

### TRANSFERÊNCIA DE ALUNOS

#### LEI 4.024/61

As transferências dos alunos só podem ser feitas de curso para curso.

Resolução 012 do Conselho Federal de Educação de 02/07/84 - "Na forma do artigo 100 da Lei 4.024/61, com a redação dada pelo artigo primeiro da Lei 7.037/82, as transferências a que se refere este artigo são as de um para outro estabelecimento, para prosseguimento dos estudos do mesmo curso."

#### LEI 9.394/96

Flexibiliza o instrumento da transferência para cursos da mesma área de conhecimento.

Artigo 49 - "As instituições de educação superior, quando da ocorrência de vagas, abrirão matrícula nas disciplinas de seus cursos a alunos não regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, e mediante processo seletivo."

### NÚMERO DE HORAS-AULA DOS DOCENTES

#### LEI 5.540/68

Não determina o número de horas-aula dos docentes no ensino superior.

#### LEI 9.394/96

Artigo 57 - "Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas."

### ENSINO A DISTÂNCIA

#### LEI 5.540/68

Não normatiza sobre o ensino a distância.

#### LEI 9.394/96

Artigo 80 - "O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino à distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada (...)"

Parágrafo 3º - "As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas (...)"

### INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE OS CURSOS

#### Lei 5.540/68

Não estabelece diretrizes sobre o assunto.

#### Lei 9.394/96

Torna obrigatória a apresentação de uma série de informações sobre o curso, antes do período letivo.

Artigo 47 (# 1º) - "As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições (...)"

### CURSOS ABREVIADOS

#### Lei 5.540/68

Não faz referência a esse assunto.

#### Lei 9.394/96

Abreviação dos cursos de acordo com o desempenho dos alunos.

Artigo 47 (# 2º) - "(...) Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos (...)"

### PRÁTICA DE ENSINO

#### LEI 5.540/68

Não prevê cargas horárias mínimas para a prática de ensino.

#### Lei 9.394/96

Artigo 65 - "A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas."

# Lei é arrojada e abrangente

**Bernardete Gatti, presidente da Câmara de Ensino de Terceiro Grau do CEE, diz que a nova LDB proporciona grande autonomia às universidades**

Entrevista a Tânia Belickas

**P**residindo há dois anos a Câmara de Ensino de Terceiro Grau, do Conselho Estadual de Educação, responsável pela definição de uma política geral para o ensino superior de instituições municipais, estaduais e estabelecimentos isolados, a pedagoga e psicóloga Bernardete Gatti, de 54 anos, avalia de forma positiva a nova LDB. Na sua opinião, a atual legislação é muito mais avançada que a anterior. "É uma lei arrojada, democrática, flexível e, num certo sentido, provocadora", diz ela, ao referir-se à abrangência de muitos tópicos previstos na Lei 9.394/96, batizada de Darcy Ribeiro, que deixa sob responsabilidade das universidades decisões importantes quanto à sua estrutura e funcionamento. Entre elas, cria a possibilidade de novas formas de acesso e seleção de estudantes e estabelece a avaliação em diversos níveis. Vice-presidente do Conselho Estadual de Educação e coordenadora do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas, Gatti discute, nesta entrevista ao *Jornal da UNESP*, os avanços trazidos pela atual lei e as possíveis dificuldades que as universidades terão em implantar as novas diretrizes.

**Jornal da UNESP** — Há críticas de que a nova Lei de Diretrizes e Bases fere a autonomia universitária, conquistada na Constituição de 1988. A senhora concorda com isso?

**Bernardete Gatti** — Ao contrário. A nova LDB dá um grande poder de decisão para as universidades. Acredito, até, que isso possa criar problemas para as universidades públicas, principalmente as mais enrijecidas. A lei dá muita liberdade em termos de criação de cursos, de transferência de alunos, de organização administrativa. Prevê a introdução de cursos sequenciais, que, até então, não existiam. Questiona o vestibular, propondo um repensar sobre a admissão e seleção de alunos. Esta LDB avança muito em relação à anterior. Por outro lado, cria problemas ao dar mais responsabilidade para as universidades decidirem.

**JU** — Com a nova LDB, quais as mudanças imediatas que deverão ser implementadas pelas universidades?

**Gatti** — Deverá ser alterado o calendário escolar. A universidade costuma fechar no dia primeiro de julho e reabrir no dia primeiro de agosto. Fecha de novo lá pelo dia 10 de dezembro e reabre no início de março do ano seguinte. Na verdade, temos dois falsos quadrimestres em decorrência de vários feriados. Sempre me perguntei como nossos alunos aprendem com qualidade. As universidades vão ter que redefinir o seu calendário. Talvez reduzir as férias. Algumas já fazem isso, as particulares começam o ano letivo em fevereiro. O sistema de ensino público de primeiro e segundo graus administrado em São Paulo tem duzentos dias letivos. Para as universidades, isso terá que ser repensado.

**JU** — A lei estipula também oito horas de aula semanais para os professores...

**Gatti** — Não acredito que oito horas semanais de aula sejam muito. Com quarenta horas de dedicação exclusiva, dá para o professor dar aula, fazer pesquisa, atender o aluno e fazer extensão de vez em quando. Parece-me viável. Só que, na prática, isso não acontece. Há professores que não ministram aulas por anos seguidos e há outros que dão aulas demais. Nesse sentido, temos algumas avaliações feitas pela Fipe, que foram muito pouco divulgadas. O governo do Estado está fazendo um estudo, nesse sentido.

**JU** — Um dos artigos da LDB permite, por exemplo, a constituição de universidades



## AVALIAÇÃO

**Bernardete: "Provão" sozinho não diz nada**

*especializada por campo do saber. Esse é um fato inédito no sistema de ensino vigente, não?*

**Gatti** — Essas universidades "vacionadas" já existem no mundo inteiro. No Brasil, não. Universidade vocacionada é uma instituição voltada para um determinado tipo de estudo. Muitas vezes, é criado um curso de filosofia, ciências e letras numa determinada região que não necessitaria desta formação. É possível ter uma universidade especializada numa determinada área, com um objetivo claro. Não é como existe hoje, nas universidades, onde cada departamento e instituto trabalha olhando para lados diferentes. A Universidade do Alaska, por exemplo, é toda voltada para as pessoas da região. É uma excelente universidade. A nova LDB traz esse avanço, mas deixa ambigüidades. Do meu ponto de vista, é importante também uma lei que não amarre tudo. Deve ser abrangente, mas isso cria problemas para os dirigentes universitários.

**JU** — A nova lei inova ao prever o credenciamento e descredenciamento de cursos e instituições de ensino superior depois de um processo de avaliação. É possível imaginar como isso se dará na prática?

**Gatti** — O poder de autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos deverá ficar sob a responsabilidade do Poder Executivo. Caberá ao sistema respectivo, autorizado pelo Poder Executivo, credenciar como descredenciar os cursos, instrumento que até então inexistia. Então, a

**“Sempre me perguntei como os alunos aprendem com tão pouca aula. É preciso mudar o calendário”**

universidade que foi credenciada por um prazo estabelecido (a ser regulamentado por lei) deverá ser avaliada, ao longo deste período, por meio de vários instrumentos. Um deles é o "provão", que já está estabelecido em lei. Se não tiver um desempenho bom, pode ser, em último caso, descredenciada. Cada sistema terá suas atribuições.

**JU** — Aliás, o processo de avaliação permeia muitos itens da nova lei...

**Gatti** — No que se refere ao ensino superior, a atenção está voltada para os seus produtos e, conseqüentemente, para a avaliação deles. Há um modelo de avaliação elaborado pelo MEC, que já foi aplicado pela Universidade de Brasília. Nestes estudos, a entrada e saída dos alunos, por exemplo, é um dos indicadores para a avaliação. O governo federal desenvolveu um padrão para

realizar levantamentos sobre número e formação dos docentes, trabalhos publicados, relação professor-aluno etc. O MEC cruza estes dados com o rendimento do aluno. O "provão" sozinho não diz nada, nem adianta só a análise institucional. É preciso cruzar estas informações. Às vezes a avaliação das universidades fica muito formal. Constatamos por exemplo, a evasão em determinados cursos da universidade, mas não se implementam políticas de mudança. O que acontece com os alunos que se evadem das grandes universidades? Entre o ingresso, tão concorrido, e o término do curso, há uma defasagem enorme e isso precisa ser avaliado.

**JU** — Além da graduação, pós-graduação e extensão universitária, a LDB cria uma nova modalidade para as universidades: os cursos sequenciais. Esses cursos terão alguma semelhança com os da graduação?

**Gatti** — Podem ser parecidos com um curso de bacharelado da graduação, profissionalizante, mas não de extensão, já que a lei define bem essa modalidade. Na verdade, acho que as universidades terão dificuldade em entender o que são os cursos sequenciais. Permite ao aluno ingressar na universidade, cumprir créditos e se definir por uma profissão ou por algum curso, um pouco mais tarde. É um sistema inovador que não sei se vai ser entendido pelos brasileiros. Estamos muito burocratizados. É difícil mexer nesta burocracia que está instalada na cabeça dos professores e reitores. Nossa tradição sempre foi de ter cursos. O aluno é obrigado a fazer opção muito cedo, com 16, 17 anos. Se ele desiste do curso, tem que fazer um novo vestibular. Tudo isso tem que ser repensado. As universidades precisam ter flexibilidade no sentido de aproveitar melhor o seu próprio corpo docente, objetivando colocar mais alunos dentro da instituição.

**JU** — A senhora acha baixo o limite estabelecido, em lei, de um terço dos docentes com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado?

**Gatti** — Pode parecer pouco para um Estado como São Paulo. Quando se pensa em termos de País não é tão pouco assim. É preciso pensar em regiões onde o mestrado não se implanta facilmente. No Estado de São Paulo, por exemplo, a maioria das instituições já tem um terço de professores com mestrado. Outras públicas têm até mais. Portanto, se as universidades do Estado têm papel de formadoras de bons professores para o resto do País, precisam pensar na ampliação de vagas na pós-graduação. É preciso pensar num aproveitamento melhor dos seus doutores e livre-docentes em cursos de mestrado e doutorado para formar mais pessoas.

**JU** — Quais as dificuldades que as universidades estaduais paulistas enfrentarão para implantar essas medidas?

**Gatti** — Não vejo dificuldades, se as estaduais paulistas se engajarem neste processo de modo coletivo. As instituições terão que organizar discussões internas, realizar um amplo diagnóstico da sua situação e tomar medidas concretas. Ao receber um diagnóstico, resultado da auto-avaliação ou de uma avaliação externa, a universidade tem que agir para solucionar o problema. Os relatórios não são para serem guardados.

**JU** — Como a senhora avalia a possibilidade de extinção do concurso vestibular por um outro processo seletivo?

**Gatti** — Há muitos modos de acesso e admissão de estudantes ao ensino de terceiro grau. Essa brecha prevista na LDB não impede que continue existindo o concurso vestibular. O que muda, de fato, é que o conteúdo para a elaboração das provas, que deverá versar sobre o currículo de segundo grau, passará pela discussão do Conselho Estadual de Educação. Esses exames não poderão tratar de questões que não sejam temas curriculares do segundo grau. A nova lei permite repensar toda a estrutura de funcionamento das universidades. Ao introduzir os cursos sequenciais, por exemplo, vai ser preciso repensar o acesso dos estudantes a esses cursos.

**“nova LDB permite repensar toda a estrutura e funcionamento das universidades”**

**JU** — Uma outra questão polêmica abordada pela LDB faz referência ao diploma, que antes habilitava ao exercício profissional e agora vale como prova de formação recebida. Isso minimiza o papel das universidades?

**Gatti** — Acho que não. Sempre será preciso o certificado para se apresentar socialmente num ambiente profissional. Mas nesse ponto, a lei é ambígua. Isto está para ser discutido junto ao Conselho Nacional de Educação. Para exercer a profissão de advogado, por exemplo, é preciso prestar um exame na OAB. Nos Estados Unidos, existem muitos profissionais que, ao saírem da faculdade, têm que prestar um exame diante de uma banca nacional, e apresentar exercício probatório num escritório credenciado. Não se faz advogado só com o diploma universitário. No Brasil, não. No caso dos psicólogos, dá-se o diploma para o profissional, que, com 23 anos em média, monta um consultório e pode atender qualquer pessoa. Esse profissional está mexendo com a cabeça das pessoas. Isso é muito sério. Será que não se poderia pensar em algum outro esquema? O que faz um bom profissional não é o papel que ele recebe, mas é a vida profissional.

**JU** — Como a senhora avalia a determinação de 300 horas de prática de ensino para os profissionais de licenciatura, questão que não era normatizada na legislação anterior?

**Gatti** — Há interpretações diferentes sobre o que significa esse mínimo de 300 horas de prática de ensino. Mas a interpretação que está se consolidando aqui no Conselho é que essa prática de ensino implica em teoria e prática. O professor designado para a prática de ensino deverá ser uma pessoa que tanto dará aulas teóricas, como supervisionará e orientará, de fato, a prática. São estágios que serão coordenados por esse professor. Ou seja, nestas trezentas horas, estão compreendidas tanto aulas teóricas como a prática e a discussão dessa prática. Isso permite um diálogo muito interessante. Parece que a separação não está no espírito da lei.

# AMAZÔNIA

## A famosa desconhecida

N. Imagens/Saulo Pelecan

**Simpósio marca lançamento de coletânea em três volumes sobre a região amazônica e revela dados alarmantes**

### EXUBERÂNCIA

Amazônia: maior número de espécies vegetais em 1 km<sup>2</sup> da floresta do que em toda a Europa

OSCAR D'AMBROSIO

**A** Amazônia é mal explorada, pouco habitada e praticamente desconhecida. Esta é a principal conclusão a que se chegou após a realização da mesa-redonda "Uma Estratégia Latino-Americana para a Amazônia", realizada em 11 de março último no Pavilhão da Criatividade do Memorial da América Latina. No evento, foi lançada uma série de três livros homônimos, uma co-edição da Editora UNESP, Fundação Memorial da América Latina, Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e Grupo Votorantim (veja quadro).

A julgar pelo que foi dito no encontro, a situação preocupa. A região amazônica ocupa aproximadamente 7 milhões de km<sup>2</sup>, com uma superfície que se estende por oito países (Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Suriname e Guiana) e pela Guiana Francesa. A maior parte encontra-se em território brasileiro, ocupando uma área de 58,5% da superfície nacional, que abrange parte dos Estados de Amazonas, Pará, Acre, Maranhão, Mato Grosso, Tocantins, Amapá, Rondônia e Roraima. No entanto, abriga pouco mais de 10% da população brasileira e apresenta uma densidade de 2 hab/km<sup>2</sup>. Para o biólogo Crodowaldo Pavan, coordenador da mesa, trata-se de uma contradição cada vez mais inadmissível no mundo contemporâneo, carente de espaços livres. "Num planeta globalizado, a exploração racional da Amazônia já se torna objeto de pressão internacional, ainda mais num país como o Brasil, que precisa produzir alimentos", declarou Pavan. "O pior é que o problema da Amazônia continua sem que as autoridades desempenhem um papel mais ativo", advertiu.

### BIODIVERSIDADE

Não há exagero em dizer que o Brasil é o país mais rico do mundo em biodiversidade (veja quadro). Estima-se que 59% das espécies animais e vegetais existentes no planeta vivam nos trópicos, sendo que mais da metade das plantas tropicais está na Amazônia. Os

cientistas já conseguiram contar 1,4 milhão de espécies de seres vivos na Terra e uma em cada dez existe no Brasil. No entanto, um número considerável delas está se extinguindo pela destruição que a atividade econômica sem controle provoca em seus habitats. "Porém, combater a destruição da região não significa que a Amazônia deva ser um santuário intocável", alertou Pavan.

Dados relativos à fauna amazônica oferecem uma dimensão real dos motivos que levam os biólogos a considerarem a Amazônia um patrimônio comum da humanidade. Os insetos, por exemplo, dominantes na exuberante floresta, representam cerca de 80% da biomassa local. Estima-se também que cada hectare de terreno florestal seja ocupado por mais de oito milhões de formigas e mais de um milhão de cupins. Quanto às aves, a fauna amazônica é a mais rica do planeta, pois quase a metade das 1900 espécies de aves da América do Sul vive na Amazônia e cerca de 10% das espécies de pássaros do mundo se encontram na região. O naturalista

Paulo Nogueira-Neto, palestrante no evento e participante da coletânea com o artigo *A biodiversidade como fonte de recursos para sua proteção nas unidades de conservação*, constata que a região está entre aquelas que, como a Serra do Mar, ocupam 1,5% da superfície da Terra e contam com 40% das espécies de animais do planeta. "A fauna ainda é mal conhecida, enquanto a flora apresenta uma potencialidade econômica que não pode ser desprezada. A melhor solução é combinar a preservação da floresta com as plantações regionais", revelou.

Armando Dias Mendes, consultor contratado pelo Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal para a preparação da Agenda 21, documento que estuda a questão ecológica para o próximo milênio, também realizou uma conferência na noite de lançamento da série. Enfatizou a inserção histórica da Amazônia no mundo, lembrando que a região levou produtos desconhecidos à mesa européia, como milho, batata-doce, mandioca, cacau,

baunilha, tomate, amendoim, pimenta, mamão, abacate e maracujá. Lamentou também a destruição causada por grandes projetos físicos e econômicos, como os de Carajás e da Serra do Navio, que não distribuem riqueza entre os habitantes da região. Constatou ainda que as estratégias conjuntas dos oito países amazônicos para ocupação da região apresentam resultados restritos. "O ideal seria que a região amazônica servisse como uma efetiva ponte entre o Mercosul e o NAFTA, potencializando a integração entre a América do Sul e a do Norte rumo à instalação da Associação do Livre-Comércio das Américas (ALCA), prevista para 2005", alertou.

Um dos maiores desafios da região amazônica é justamente encontrar uma via de desenvolvimento que não destrua as riquezas naturais. Estimativas calculam a existência de um número maior de espécies vegetais em 1 km<sup>2</sup> da floresta amazônica do que em toda a Europa e sabe-se da existência, apenas na Amazônia brasileira, de mais de 60 mil espécies de plantas, grande número delas comum à Amazônia e às florestas tropicais da África, porque a base da flora dos dois continentes foi formada quando eles estavam unidos. "Ao lado da exploração racional, é essencial a criação de áreas para proteção da biodiversidade e para pesquisas na área de biotecnologia", ressaltou Paulo Nogueira-Neto.

### DESMATAMENTO

O uso agrícola do solo da Amazônia é essencial para racionalizar o aproveitamento dos recursos naturais por intermédio de uma exploração consciente da floresta. Para Paulo Nogueira-Neto, isso precisa ocorrer sem desmatamento, com a preservação da cobertura natural. "O problema é que a maior parte dos solos da região é ácida e pouco fértil", avaliou. O ecólogo, que hoje se dedica ao estudo de abelhas indígenas, informou que apenas 12% são de boa qualidade para plantio, enquanto 43% exigem tratamento especial. Os restantes 45% são impróprios para a



**OCUPAÇÃO**  
Nogueira-Neto, Pavan e Mendes: estratégia latino-americana

Monica Richter



Os três volumes de *Uma estratégia latino-americana para a Amazônia* reúnem cerca de 60 palestras e trabalhos apresentados durante a Conferência Internacional homônima, realizada em São Paulo, entre 25 e 27 de março de 1992, e promovida pela Fundação Memorial América Latina. O evento reuniu mais de 600 inscritos e contou com a participação de cientistas, políticos, intelectuais, empresários e técnicos representantes de países diretamente envolvidos com a região, como Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Venezuela, além de profissionais da Alemanha, Espanha e dos EUA.

As sete palestras gerais e onze grupos de trabalho do evento abordaram as mais variadas questões, traçando um amplo painel da região. Biodiversidade, unidades de conservação, ciência dos índios e caboclos no manejo dos recursos naturais, educação e ciências ambientais, clima e vegetação, recursos minerais e sua problemática, cooperação interinstitucional, papel da iniciativa privada no desenvolvimento auto-sustentado, importância estratégica da Amazônia sul-americana, significados político e econômico da região para a América Latina, conservação, preservação e desenvolvimento são os principais temas enfocados.

Organizada por Crodowaldo Pavan, ex-presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência (SBPC), os volumes, com textos em português, espanhol e inglês, oferecem uma rara oportunidade de visualizar a grandeza da Amazônia sob uma perspectiva ampla, em que recursos, problemas e possibilidades de uma das regiões mais intrigantes do planeta são estudados. O cientista social e advogado Armando Dias Mendes, representante do Mi-

## Documento amazônico

### Trilogia registra conferência internacional de 1992

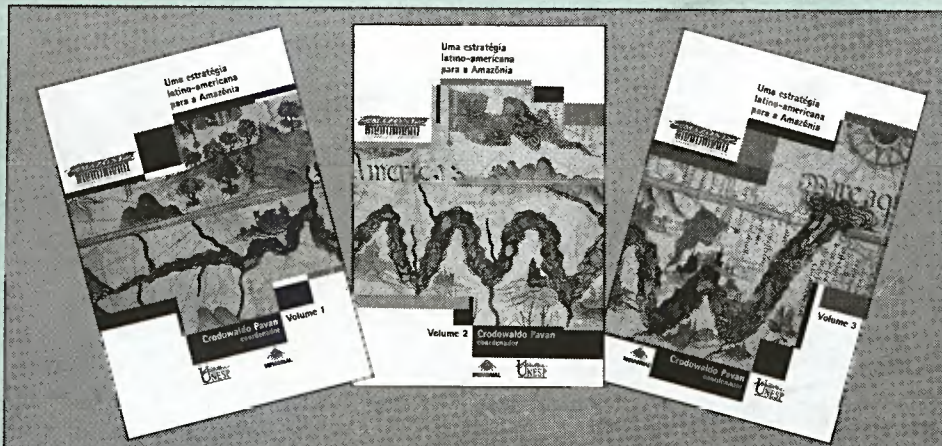
nistério do Meio Ambiente, dos Recursos Humanos e da Amazônia Legal presente na noite de lançamento da coleção, ressaltou a importância da coleção co-editada pela Editora da UNESP. "Este livro amplia a bibliografia disponível sobre a região. Esse conhecimento e sua divulgação são essenciais para concretizar o desenvolvimento sustentável", declarou.

Único professor da UNESP a participar da coletânea, o historiador e sociólogo Enrique Amayo, em seu ensaio, incluído no volume 3,

discute a ligação da Amazônia ao Oceano Pacífico por intermédio de uma estrada que passe através do Peru. "A Amazônia é uma região multinacional compartilhada por oito países e a estrada pode contribuir para unir o que a natureza ofereceu, uma região única e indivisível", esclarece o pesquisador. Para Jezio Gutierrez, assessor editorial da Editora UNESP, os três volumes não se voltam principalmente a objetivos comerciais, mas sim de divulgação da temática. "A qualidade do evento, o prestígio do pro-

fessor Pavan e nosso interesse em investir nessa linha de divulgação da temática amazônica foram determinantes para nossa participação no projeto", argumenta. A editora já tem tradição no campo, principalmente com a Coleção Natura Naturata, que inclui livros como *Plantas medicinais na Amazônia*, organizado por Luiz Claudio Di Stasi; *Fundamentos práticos de taxonomia zoológica: coleções, bibliografia e nomenclatura*, organizado por Nelson Papavero, Prêmio Jabuti de Ciências Naturais e Medicina em 1995; e *Análise ambiental: uma visão multidisciplinar*, organizado por Sâmia Maria Tauk-Tomisielo, Prêmio Jabuti de Melhor Publicação Científica de 1991.

A publicação dos textos apresentados na Conferência de 1992 oferece a pesquisadores, professores e alunos a oportunidade de ler trabalhos científicos de alto nível apresentados por pesquisadores de reconhecido valor internacional. José Carlos Dias de Castro, da Universidade Federal do Pará, um dos participantes da coletânea, não esconde sua satisfação com o alto nível atingido pela Conferência, agora acessível em forma de livro. "Espero que iniciativas como esta, sérias e sem conotação político-partidária, tenham prosseguimento nas universidades e em outros centros de pesquisa da região amazônica e de todo o País", deseja. Fábio Magalhães, diretor-presidente da Fundação Memorial da América Latina, reforça essa tese, destacando a participação da Editora UNESP na co-edição da coleção. "Esta publicação representa um documento muito importante sobre a região, alertando para a necessidade de um processo racional de desenvolvimento da Amazônia, o que exige a colaboração de indivíduos e entidades dos mais diversos segmentos da sociedade", conclui.



**Uma estratégia latino-americana para a Amazônia**, coletânea coordenada por Crodowaldo Pavan. Coordenação editorial de Maria Carolina de Araújo, 3 volumes (1082 páginas), Editora UNESP, Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Fundação Memorial da América Latina e Grupo Votorantim, R\$ 30,00 cada volume, com 25% de desconto para alunos, professores e funcionários da UNESP.

agricultura, principalmente por serem arenosos. "É por isso que as reservas extrativistas são tão importantes. Não se pode esquecer que as previsões mais otimistas calculam que o petróleo existente no planeta só dura mais 50 anos. Portanto, a Amazônia é, sem dúvida, uma fonte de energia que não pode ser desprezada. O óleo de dendê, por exemplo, reúne todas as condições para substituir o diesel."

Nos últimos 20 anos, foram desmatados cerca de 50 milhões de hectares da superfície amazônica. Os motivos apontados durante a mesa-redonda foram vários, incluindo as atividades agropecuárias da região, sobretudo a criação de gado, o garimpo de ouro e a construção de grandes rodovias. Outras causas de desmatamento indicadas foram a prática da mineração industrial, a construção de grandes usinas hidrelétricas, a caça e pesca predatórias e o funcionamento irregular de indústrias de alumínio. "A existência de madeiras ilegais ou sem o devido controle também tem efeitos devastadores", completou Paulo Nogueira-Neto.

Com as queimadas e o desmatamento, o solo fica sem a proteção da floresta tropical. Ocorre erosão, perda de nutrientes e diminuição da fertilidade. O solo sem cobertura também causa o assoreamento dos rios, o que produz inundações. Uma das consequências é a formação de novas ilhas nos estuários dos rios, impedindo a subida dos peixes e dificultando o transporte fluvial. "Como não ocorre o uso racional da floresta, a população da Amazônia brasileira, cerca de 20 milhões, vive uma situação econômica muito difícil. Muitos migram para as grandes cidades da região, como Manaus e Belém; outros sobrevivem graças a pequenas plantações de arroz", denunciou Nogueira-Neto.

A ocupação desordenada do solo traz sérias consequências sobre os recursos naturais. Uma alternativa, segundo Paulo Nogueira-Neto, está na desapropriação de terras pelo governo para entregá-las aos seringueiros e castanheiros. "Além de realizarem uma atividade econômica extrativista produtiva, os trabalhadores podem servir como guardas das reservas naturais", argumentou, com a experiência de quem foi Secretário do Meio Ambiente, de 1974 a 1986.

#### A floresta em números

**Fauna**  
 30 milhões de espécies de animais  
 10 a 15 milhões de espécies de insetos  
 3 mil espécies de vertebrados  
 3 mil espécies de peixes de água doce  
 1622 espécies de aves  
 575 espécies de anfíbios  
 467 espécies de répteis  
 61 espécies de primatas

**Flora**  
 31% das florestas tropicais do planeta  
 90 mil espécies de plantas superiores  
 55 mil espécies de plantas que produzem flores  
 387 espécies de palmeiras

**Presença do homem**  
 20 milhões de brasileiros  
 2 hab/km<sup>2</sup>  
 160 mil ameríndios  
 162 sociedades indígenas  
 12 famílias linguísticas  
 150 línguas diferentes



**MAR DOCE**  
 Amazonas: dez vezes mais água que o Rio Mississippi

N. Imagens/Saulo Pateon

A região conta ainda, claro, com o rio Amazonas, que lança no Oceano Atlântico 176 mil m<sup>3</sup> de água por segundo, dez vezes mais, por exemplo, que o Mississippi. Avançando sobre o mar, o rio forma uma camada de água doce de dezenas de quilômetros sobre a água salgada. Por isso, os primeiros europeus que o visitaram o chamaram de "mar de água doce". Nada mais justo, porque a região amazônica representa 18% da água doce do planeta. "Poucos valorizam esse dado quando se trata de preservar a região", acusou Armando Dias Mendes. O rio conta ainda com a mais variada ictiofauna do mundo. São mais de 2 mil espécies de peixes conhecidas, muitas comestíveis e outras cada vez mais requisitadas por aquários. "A piscicultura e a fruticultura devem ser desenvolvidas", defendeu o consultor.

#### FUTURO

Paulo Nogueira-Neto dá exemplos concretos de como a floresta pode ser usada racionalmente. "O melhor sorvete que já tomei é o de cupuaçu, um primo do cacau de fácil cultivo que já é exportado para os EUA. É preciso explorar essas riquezas que a região oferece antes que as sementes comecem a ser plantadas e exploradas comercialmente em outros lugares", alertou. O naturalista dá outro exemplo de como a floresta pode ser lucrativa sem prejudicar o meio ambiente. "É o caso da pupunha. A árvore cresce rápido, tem como fruto uns coquinhos muito nutritivos e oferece um palmito de ótima qualidade", avaliou.

A realidade, porém, segundo os conferencistas, é que o desmatamento continua apesar de iniciativas isoladas de preservação. Paralelamente, emerge na sociedade uma consciência da necessidade de proteger certas áreas naturais, selecionadas com a finalidade de conservar a flora, a fauna, as paisagens e os recursos hídricos. Mesmo assim, Crodowaldo Pavan atesta a ausência de uma preocupação maior com o problema no País. "Há uma falta de participação da comunidade intelectual brasileira na questão amazônica", denunciou, convicto de que a ausência de consciência ecológica talvez seja o grande desafio com que o Brasil se defronta para garantir o futuro da Amazônia.

SERVIÇO

# De volta ao mercado de trabalho

**Psicólogas da Reitoria ministram cursos de apoio a desempregados em busca de nova colocação profissional**

**D**esânimo, depressão, insegurança. Esse estado emocional tem contribuído para o fracasso de muitos desempregados na hora de tentar uma nova colocação no mercado, já bastante restrito. A constatação é de responsáveis da Secretaria de Estado do Emprego e das Relações do Trabalho (SERT). Patrões reclamam que a maioria dos candidatos encaminhados para as entrevistas pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine) do Estado estão emocionalmente despreparados para voltar a trabalhar. Um contrato, firmado em 1996, entre a UNESP, com intermediação da Fundunesp, e a SERT está minimizando este problema.

Seis psicólogas da Reitoria, coordenadas pelo professor Antonio Carlos Bernardo, assessor da Reitoria, montaram um projeto, baseado em cursos e cartilhas, que visa orientar e assessorar, profissional e emocionalmente, a população desempregada na busca por uma vaga. "A idéia é prevenir e diminuir os efeitos psicológicos que o desemprego gera nas pessoas", explica Maria Célia Bimbato, uma das profissionais envolvidas. Trabalham ainda no programa as psicólogas Maria José Martins, Elizabete de Melo Lucoveic, Denise Silva Nonoya, Marcia Regina Barbosa e Camila Araújo Gonçalves. "É a primeira vez que um grupo de servidores técnico-administrativos tem a oportunidade de exercer suas funções em parceria com a Fundunesp e uma secretaria de Estado, situação mais comum entre docentes e alunos", registra Bernardo.



Monica Richier

**ORIENTAÇÃO**  
A equipe da Reitoria: prevenção e combate à depressão

**ANSIEDADE**

As psicólogas avaliaram, entre outros fatores, os níveis de apatia e depressão, de agressividade e de comprometimento do autocontrole dos desempregados. "Eles são tão ansiosos e inseguros com a situação que temem até comparecer a uma seleção", explica Elizabete. Após reuniões com atendentes do posto do Sine da Capital, foram ministrados dois cursos, no próprio local, entre novembro de 1996 e janei-

ro de 1997. O primeiro, com duração de duas horas, tratou de orientações básicas para colocação no mercado de trabalho. "Explicamos como o trabalhador deve se comportar durante uma entrevista", resume Denise Nonoya.

O segundo curso, de seis horas, abordou a melhoria das condições pessoais. "Foi um curso mais vivencial e dinâmico, onde os próprios trabalhadores discutiam seus problemas e soluções", conta Denise.

Nos dois cursos houve 4.960 participantes. A inscrição foi espontânea. Os comentários positivos dos desempregados sobre a validade dos cursos e o retorno, por escrito, de empregadores elogiando a nova postura dos candidatos ao emprego motivaram a SERT a solicitar a continuidade do projeto. "Vamos recolocar o programa em prática nos próximos meses, estendendo-o aos postos do Sine do Interior", adianta Maria José Martins.

**AUTOMOBILISMO**

# Alunos "voam baixo" em Interlagos

**Carro feito por estudantes de Bauru disputa prova na Capital**

**N**ão são somente os projetistas dos bólidos de Fórmula 1 que ficam horas debruçados sobre pranchetas em busca de melhores soluções técnicas e aerodinâmicas. Alunos de cursos de Engenharia Mecânica de todo o País têm a oportunidade de construir seus próprios carros e mostrar seu talento durante o Mini-Baja Brasil, competição organizada pela Society of Automotive Engineers (SAE Brasil). O evento, realizado pela terceira vez no País, já tem 30 anos de tradição nos EUA. Consiste em avaliar, dentro de parâmetros técnicos e estéticos, um veículo "todo terreno" (Mini-Baja) idealizado e projetado por universitários a partir de um motor doado pela organização.

As provas são realizadas em pistas de terra e asfalto, onde o veículo, que desenvolve velocidade de até 50 km/h, enfrenta testes de frenagem, aceleração, estabilidade e velocidade máxima, além de testar a perícia do piloto. "Cada um desses itens recebe uma pontuação, que é somada às adquiridas nas análises técnicas realizadas por engenheiros da SAE", explica Gabriel Barsalini, 23 anos, quintanista do curso de Engenharia Mecânica da Faculdade de Engenharia e Tecnologia (FET) da UNESP, câmpus de Bauru, que participará da competição.

Os dois primeiros colocados na final da corrida, a ser realizada no circuito de Interlagos, em São Paulo, em maio próximo, classificam-se para a final mundial. Em 1996, entre os 18 concorrentes na



Morelli Jr.

**BÓLIDO**

**A Salamandra: últimos acertos para a grande final**

etapa brasileira, uma equipe da FET chegou em terceiro lugar. "Acompanhei a corrida dos veteranos e gostei muito do que vi. Decidi naquela hora que iria participar no ano seguinte", lembra Alexandre de Oliveira João, 22 anos, colega de classe de Barsalini e integrante da mesma equipe, Salamandra.

**EQUIPES**

Entre as 48 equipes participantes do evento deste ano, três são da FET. A Sala-

mandra mescla remanescentes dos construtores do veículo do ano passado com novos alunos. "Estamos tentando otimizar as qualidades do projeto que quase saiu vitorioso", conta Barsalini. "Sem desmerecer os outros concorrentes, temos mais chance devido ao bom desempenho anterior do carro", completa.

Segundo a SAE Brasil, o objetivo da competição, que integra o calendário da Federa-

ção Paulista de Automobilismo, é desenvolver a tecnologia dos projetos para melhorar a qualidade técnica e a competência dos estudantes de Engenharia Mecânica, tanto que a Honda chegou a montar um estande na final mundial. "Isso torna o evento motivador", justifica Barsalini. O tema central do diálogo entre os representantes da empresa japonesa e os participantes das equipes de Canadá, Austrália, Porto Rico, México, Brasil e das várias universidades dos EUA presentes ao evento foi, como não poderia deixar de ser, verificar o interesse e a possibilidade de estágio após a conquista do diploma. "Para os alunos, a competição é uma experiência de vida e uma oportunidade de aplicação do aprendizado em sala de aula", confirma Luiz Daré Neto, professor da FET e orientador da equipe Salamandra.

A maior dificuldade que as equipes encontram é conseguir patrocínio para colocar as idéias em prática. "Estamos trabalhando desde maio do ano passado e já conseguimos vários apoios, mas levantar o dinheiro é difícil", lamenta Barsalini. Enquanto os alunos/projetistas correm atrás do dinheiro e dos acertos finais nos carros, a final do evento, marcada para 12 a 15 de maio, pode ser adiada. "Como os motores Briggs & Stratton padronizados vêm dos EUA, há problemas na importação", explica o competidor. "Seria muito melhor, para a divulgação do evento, marcar a corrida para um final de semana", completa Oliveira João.

**ARARAQUARA**

. 12/4. **A Música e sua Utilização no Alívio do Stress Diário e como Complemento Terapêutico.** Palestra do farmacêutico Célio de Almeida F, da USP, abordará a importância da música na cultura e sua aplicação terapêutica. Organização do Centro Acadêmico de Ciências Farmacêuticas. Das 9h às 17h. Na Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF). Informações (016) 236-6465.

. 2/4 a 4/6. Curso de extensão universitária **Gestão de Qualidade Total e ISO 9000.** Promoção do Departamento de Alimentos e Nutrição da FCF. Na programação, história, evolução, conceitos e definições, garantia e controle estatístico da qualidade. Das 19h às 22h. Informações (016) 232-0200, ramal 272.

**ASSIS**

. 30/4 a 3/5. **II Encontro de Estudos Linguísticos e Letras de Assis.** O tema será "Pesquisas e ensino de língua materna" e será abordado em palestras, mesas-redondas e apresentação de temas-livres. Na Faculdade de Ciências e Letras (FCL). Informações (018) 322-2933, ramal 119.

**BAURU**

. 2 a 4/4. **2º Encontro de Professores que Atuam na Área de Computação Gráfica e Multimídia.** O tema será "Impacto da computação gráfica e multimídia nas disciplinas de expressão gráfica" e constará de palestras, apresentações de trabalhos e exposição de materiais didáticos. Na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC). Informações (014) 230-2111, ramais 221 e 173.

. Abertas inscrições para o 14º Congresso Brasileiro de **Engenharia Mecânica.** Energia, vibrações e acústica. Uma das promotoras é a Faculdade de Engenharia e Tecnologia (FET). Informações (018) 762-3113, ramal 138.



**BOTUCATU**

. 8 e 9/4. **Shows musicais.** Dia 8, às 20h30, no Salão Social da Associação Atlética de Botucatu (AAB), show de MPB com a dupla Café com Leite (Ivania Catarina e Carlos Gomes). Dia 9, às 21h, no Teatro Municipal, música clássica, com o Trio Intermezzo (cello, harpa e flauta). Promoção, entre outros, do Instituto de Biociências (IB), da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ), da Faculdade de Ciências Agrônomicas (FCA). Informações (014) 821-2121, ramais 2253 (manhã) e 2011 (tarde).

. 14 e 15/4. **I Workshop em Análise de Sistemas de Colheita e Transporte de Madeira.** Dirigido a estudantes e profissionais. Das 8h às 18h. Na Duratex (Lençóis Paulista) e na FCA. Informações (014) 821-3883, ramal 168.

. 28/4. **V Dia de Campo na Cultura do Milho.** Dirigido a agricultores, técnicos, professores, alunos e demais interessados nesta área. A partir das 8h. Na Fazenda Experimental Lageado da FCA. Informações (014) 821-3883, ramais 114 e 115.

. **O Centro de Informática na Agricultura** da FCA estará oferecendo alguns cursos em abril: Microsoft Office (Processamento de Dados, Windows, Word e Excel), entre os dias 7 e 18, em turmas das 8h

**AGENDA**

RELAÇÃO DOS EVENTOS PROMOVIDOS  
PELAS UNIDADES NO MÊS DE ABRIL

às 12h e das 19h às 22h; Estatística Básica através do SAS, entre os dias 22 e 28, em turmas das 8h às 12h e das 19h às 22h. Dirigido preferencialmente à comunidade acadêmica da FCA. Informações (014) 821-3883, ramais 118, 160 e 170.

**GUARATINGUETÁ**

. 7 a 9/4. **Workshop Informatização de Serviços Públicos.** Informatização de prefeituras, a conectividade com Rede Novell, internet e intranet e treinamento em informática. Parte do Programa de Apoio às Prefeituras do Escritório de Extensão do câmpus de Guaratinguetá. Na Faculdade de Engenharia (FE). Informações (012) 525-2800, ramais 160 e 149.

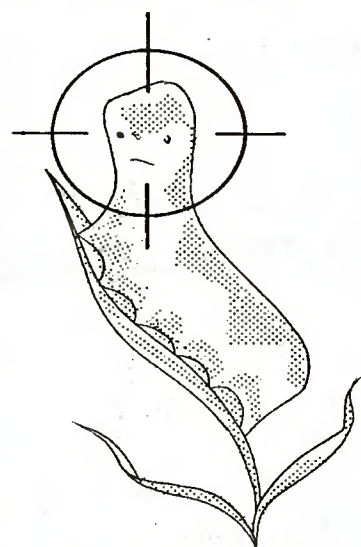
. 14 e 23/4. **Seminários em Dinâmica Orbital e Planetologia.** Dia 14, "Poira Circum Solar: observações e modelo", por Oscar Matsura, da USP; dia 23, "Forma normal parcial para o problema de Hill Espacial: um caso para um manipulador algébrico especialista", por Teresinha Stuchi, da UFRJ. A partir das 14h. Na sala de seminários do bloco VI da FE. Informações (012) 522-2800, ramal 105.

**JABOTICABAL**

. 14 a 18/4. **III Simpósio sobre Produção de Aguardente.** Objetiva a atualização e preparação de produtores e técnicos para a agroindústria aguardenteira do País. Das 8h30 às 18h. Na Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV). Informações (016) 323-1322, ramais 219, 224 e 230.

. 9 a 11/4. **3º Simpósio Sobre Ecossistema de Pastagens.** Participação de pesquisadores, professores, profissionais de áreas afins, estudantes e empresas da área. Das 9h às 18h. Na FCAV. Informações (016) 323-1322 e fax (016) 322-2978.

. 17 e 18/4. **Curso de Manejo Integrado de Pragas (MIP) - Citrus.** Dirigido a agentes de MIP (pragueiros). Promoção do Centro de Manejo Integrado de Pragas (Cemip) da FCAV. Das 8h às 17h. Na Cooper Citrus, em Taquaritinga. Informações (016) 323-2500, ramal 259.



**MARÍLIA**

. Já estão abertas as inscrições para o **II Simpósio Científico do Câmpus de Marília.** Entre os temas, Educação, formação

de recursos humanos, relação corpo-mente, globalização e cultura, questão agrária e formação do professor. De 3 a 6 de junho. Na Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC). Informações (014) 433-1844, ramais 195 e 177.

**PRES. PRUDENTE**

. 12 a 24/4. **Semana do Índio.** Exposição de material indígena e arqueológico sob o tema "O cotidiano indígena". Das 10h às 22h. No Shopping Center Americanas. Organizado pelo Departamento de Planejamento da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT). Informações (018) 221-5388, ramais 217 e 271.

. 15 a 29/4. **Exposição Cerâmica Indígena.** Das 16h às 22h. No Espaço Cultural do Prudenshopping. Organizado pelo Departamento de Planejamento da FCT. Informações (018) 221-5388, ramais 217 e 271.

. 22/4 a 19/5. **Período de inscrição para o curso de extensão universitária Pavimentação Econômica com Solos Lateríticos.** O curso mostrará técnicas de pavimentação e controle de obras quando se utilizam materiais lateríticos e aplicar tais técnicas para projetos econômicos de pavimentação. De 19 a 23 de maio na FCT. Informações (014) 230-2111, ramal 195.

**RIO CLARO**

. 1º, 8, 15, 22 e 29/4. **Seminário de Matemática e Educação Matemática.** Dia 1º, "Uma nova Demonstração do Teorema fun-

damental da álgebra", conferência com Odilon Otávio Luciano, da USP; dia 8, "Education imitating: some cautious remarks", conferência com Igor Grattan-Guinness, da Universidade de Middlesex (EUA); dia 15, "A relação entre história e pedagogia da Matemática: um estudo do seu significado", por Romélia Mara Alves Souto, mestranda do Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE); Dia 22, "O papel da psicologia na pesquisa em Educação Matemática", apresentação de pesquisa de Jorge Falcão, da Universidade Federal de Pernambuco; Dia 29, "Concepções dos professores de Matemática de 1º e 2º graus sobre o uso da calculadora em sala de aula", apresentação de pesquisa da mestranda Luciane Ferreira Mocrosky, do IGCE. Às 14h. No IGCE. Informações (019) 534-0123.

. 9 a 11/4. **V Encontro dos Diretores Administrativos da UNESP.** Entre os temas, qualidade em gestão pública, custeio na UNESP, planejamento estratégico e problemas específicos dos DAs. Das 8h30 às 19h. No Hotel Rio Claro Plaza. Informações (011) 252-0276, na Pró-Reitoria de Administração (PRAD).

. 14 a 30/4. **O Homem e a Natureza na Bacia do Corumbataí: Uma Tomada de Consciência.** Curso de extensão coordenado por Maria Isabel Viadana, do Departamento de Cartografia e Análise da Informação Geográfica. Das 19h às 21h. No IGCE. Informações (019) 524-9622.

**S. J. CAMPOS**

. 4/4. **Início do curso de extensão universitária em Clínicas Odontológicas.** Terá duração de 16 meses. Acontecerá sempre às sextas-feiras, das 8h às 12h. Na Faculdade de Odontologia (FO). Informações (012) 321-8166, ramal 1117.

**S. J. RIO PRETO**

. 3/4. **Difusão Cultural da Língua Inglesa.** Aberto ao público. Às quintas, das 19h30 às 22h. Na sala 3 do Departamento de Letras Modernas do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (Ibilce). Informações (017) 224-4966, ramal 269.

. 8, 15, 22 e 29/4. **Seminário de Sistemas Dinâmicos,** Vanderli Minori Horita falará sobre "Difeomorfismos Axioma A" e Paulo Ricardo da Silva falará sobre "Bifurcação de Bagdanov - Takens". Às 18h. Na sala 17 do Departamento de Matemática do Ibilce. Informações (017) 224-4966, ramal 265.

. 4, 11, 18 e 25/4. **Seminário de Curvas Complexas, Singularidades e Dinâmica Complexa.** O tema será "Desringularização de campos de vetores e o teorema da separatriz de Camacho-Sad", por Júlio César Martins. Às 18h. Na sala 17 do Departamento de Matemática do Ibilce. Informações (017) 224-4966, ramal 265.

. 29/4. **Conferências da Sociedade Brasileira de Matemática.** "Pontos de inflexão de cúbicas planas", por Júlio Canille Martins. Às 14h, na sala 17 do Departamento de Matemática do Ibilce. Informações (017) 224-4966, ramal 265.

. 11 e 18/4. **Palestras do Departamento de Biologia do Ibilce.** Dia 11, "Ação das enzimas catalase, glutatíao peroxidase e superóxido dismutase no sangue humano", por Paulo Marcelo Naoum Mazaferro; dia 18, "Segurança em Laboratórios", por Josué Rodrigues dos Santos. Às 16h, no Ibilce. Informações (017) 224-4966, ramais 216 ou 242.



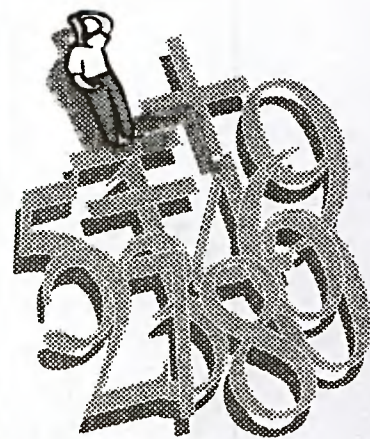
**Encontro de craques**  
Congresso reúne feras da Educação Física

**C**om o objetivo de discutir os mais recentes avanços científicos e tecnológicos em Ciências do Esporte, o Departamento de Educação Física do Instituto de Biociências (IB) do câmpus de Rio Claro estará organizando e sediando, entre 30 de abril e 3 de maio, o VI Simpósio Paulista de Educação Física. O encontro é bienal e acontece desde 1988, sendo considerado um dos mais importantes do Brasil nesta área. Estão programados cursos, clínicas, conferências, mesas-redondas, cursos e apresentações, na forma de temas livres, de trabalhos previamente selecionados pela comissão organizadora. "O campo para o profissional tem se ampliado muito nos últimos anos e ele precisa estar atualizado, principalmente na parte tecnológica, para atender às exigências do mercado", comenta Mauro Gonçalves, chefe do departamento.

As perspectivas artísticas da Educação Física, a ciência e tecnologia, o envelhecimento e qualidade de vida,

biomecânica, anatomia do movimento e psicologia do esporte serão alguns dos assuntos enfocados nas palestras. Devem comparecer ao encontro personalidades conhecidas no mundo da atividade esportiva, como os preparadores físicos Moraci Santana e José Proença, respectivamente do São Paulo Futebol Clube e da equipe de vôlei do Olympicus Telesp, e dos professores David Winter e Richard Hughson, do Canadá e Carlo de Lucca e John Jeka, dos Estados Unidos. Especialistas da UNESP e de outras universidades e centros de pesquisa brasileiros também já foram agendados. "Faremos encontros de área, onde colegas debaterão sobre a situação atual em seu campo de trabalho", adianta Gonçalves.

O simpósio tem programadas ainda diversas atividades artísticas, incluindo oficinas de danças, biotonia, capoeira, música e pintura. Maiores informações sobre o evento poderão ser obtidas pelo tel. (019) 534-0244, ramal 160, ou pelo fax (019) 534-0009.



# Música dos deuses

Trabalho preserva o incomparável som dos órgãos tubulares

**D**e 1908 até o ano de seu falecimento, em 1976, aos 96 anos de idade, o maestro italiano Furio Franceschini trabalhou na Catedral da Sé como mestre de capela e primeiro organista. Em 1929, ele importou da Itália um órgão de tubos, usado posteriormente na inauguração da nova catedral de São Paulo, em 1954. O histórico instrumento é hoje a peça mais importante do auditório do Instituto de Artes (IA) da UNESP, campus de São Paulo, servindo às aulas de música e às solenidades que acontecem no instituto. Este e outros 52 órgãos de tubos existentes na Capital deverão estar, até o final do ano, num catálogo especialmente elaborado pela organista Dorotéia Kerr, docente do Departamento de Música do instituto.

O trabalho tornou-se viável graças a uma bolsa obtida pela pesquisadora junto à Fundação Vitae (veja texto abaixo), que custeará suas despesas durante um ano, prazo previsto para o levantamento das informações. A pesquisa idealizada por Dorotéia é inédita no País e promete ser minuciosa. Cada órgão terá ficha técnica com fotografia, indicação de procedência, ano de fabricação e dados mecânicos. "A própria descrição mecânica será uma indicação do repertório mais adequado para cada instrumento", explica a estudiosa. A ficha abordará ainda o estado de conservação da peça, uma forma de alertar os proprietários sobre a eventual necessidade de concerto e manutenção do equipamento. "No País não existe o ofício de organeiro, pessoa habilitada para cuidar do bom funcionamento de um órgão", lamenta Dorotéia.

## ASSOCIAÇÃO

O órgão de tubos é um instrumento de sopro dotado de teclado (veja ilustração). Nele, o ar é soprado através de tubos de comprimento e largura diferentes, produzindo uma mescla de notas. Sua origem remonta ao séc. III a.C. (um modelo em argila foi encontrado nas ruínas de Cartago, no Egito). Difundiu-se pela Europa graças à Igreja Ca-

## PRAZER

Dorotéia Kerr, do IA: sons do órgão compensam qualquer sacrifício

tólica, que o utilizava nas liturgias. Mas os tempos mudaram e, hoje, outros instrumentos de execução mais simples, como o violão, têm ganho a preferência nas missas.

As igrejas protestantes, no entanto, continuam a utilizar o instrumento, evitando que ele deixe de ser fabricado. Do contrário, já teria virado peça de museu. "Principalmente por causa dos órgãos eletrônicos, que são mais baratos, portáteis e estão na moda", comenta o psicólogo José Jorge de Moraes Zacharias, 37 anos, organista da Primeira Igreja de Cristo, em São Paulo, e pós-graduando em Música/Órgão pelo IA. "Os eletrônicos têm apenas um alto-falante, sonoridade pobre e, tocado por muito tempo, acaba agredindo o ouvido", critica José Jorge. Ele também ocupa a vice-presidência da Associação Paulista de Organistas, a mais

antiga instituição do gênero, no País, fundada em 1977 e hoje com cerca de 50 sócios, entre músicos e admiradores.

## CHAMA ACESA

Filha de pastor presbiteriano, Dorotéia começou a tocar órgão aos 15 anos, atuando em igrejas. Em 1977, ajudou a fundar a Associação Paulista. Formada em História e Pedagogia, aperfeiçoou-se no estudo do órgão na década de 80, fazendo mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutorado na Universidade de Indiana (EUA). Foi organista do Teatro Municipal de São Paulo de 1990 a 1993. Já fez concertos na Argentina, Uruguai, Estados Unidos, Alemanha e Itália. Atualmente, é organista da Catedral Evangélica de São Paulo. Lecionou na Unicamp até 1994, ano em que se

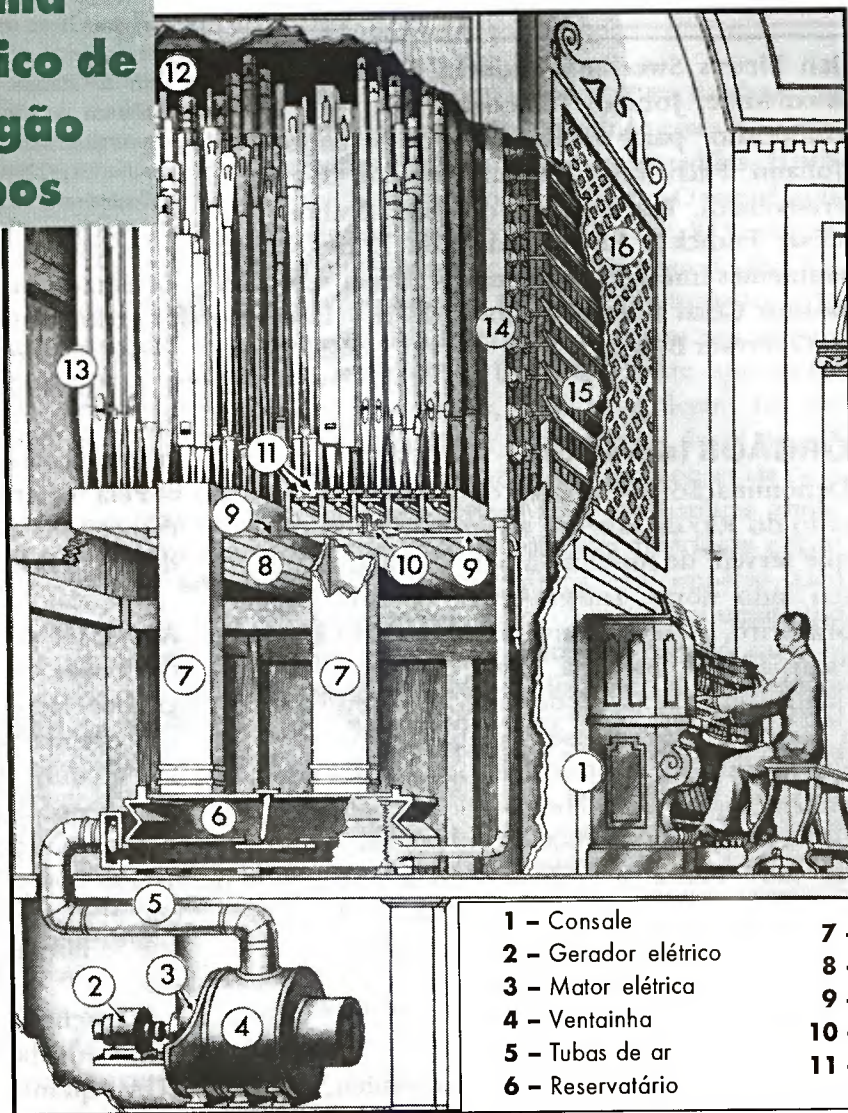
transferiu para a UNESP.

A professora e pesquisadora do IA espera que seu trabalho ajude a manter o interesse dos brasileiros por este instrumento. Acredita-se que a cidade de São Paulo, com seus 53 exemplares, abrigue 30% dos órgãos de tubos existentes no País, que começou a receber o instrumento a partir do século XVIII, principalmente da Europa. Houve um surto de fabricação nacional entre as décadas de 40 e 60, mas diversos fatores fizeram com que este instrumento fosse aos poucos relegado a um segundo plano. A começar pelas condições ambientais. Calor, umidade, maresia, cupins e outros inimigos da madeira e do metal pedem um cuidado redobrado na manutenção do equipamento. Seu alto custo — um equipamento importado custa, no mínimo, R\$ 30 mil — também inviabiliza a aquisição por parte de estudantes de música. E mais: existe uma crônica carência mundial de compositores para órgão. "O mercado de trabalho, então, torna-se restrito, e os salários geralmente são baixos, obrigando-nos a tocar em casamentos, batizados e outras solenidades particulares para completar o orçamento", afirma o engenheiro Júlio Amstalden, 30 anos, colega de mestrado de José Jorge no Instituto de Artes da UNESP.

Júlio, por sinal, trabalha como organista na Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), uma das duas únicas instituições brasileiras onde existe este cargo em nível profissional — a outra é a catedral de Mariana (MG). Tudo isso faz com que os amantes do órgão tubular, em geral vinculados a alguma religião e com experiência em piano, encontrem poucas oportunidades para desenvolver suas habilidades. "Com todas essas dificuldades de aprendizagem e prática, o organista tem que ser um pouco fanático e idealista, senão abandona o instrumento", diz Dorotéia Kerr, que é orientadora de José Jorge e Júlio. "O prazer que se tem tocando-o e ouvindo seus sons, porém, acaba compensando qualquer sacrifício."

Waltair Martão

## Esquema genérico de um órgão de tubos



- 1 - Consale
- 2 - Gerador elétrico
- 3 - Motor elétrica
- 4 - Ventainha
- 5 - Tubas de ar
- 6 - Reservatório

- 7 - Canais de ventilação
- 8 - Câmaras de distribuição (someiros)
- 9 - Fias que partem das teclas
- 10 - Câmara intermediária
- 11 - Válvulas

- 12 - Câmara de ressonância
- 13 - Tubas sanaras
- 14 - Operador de volume
- 15 - Persianas controladas pelas pedais
- 16 - Grade

## Apoio às artes

**C**riado há 10 anos para incentivar a criação artística no País, o Programa Bolsas Vitae de Artes patrocina a realização de projetos, garantindo aos candidatos uma renda mínima para sua execução. O programa é mantido pela Fundação Lampadia, de São Paulo, constituída em 1985 com capital proveniente do grupo Hochschild. A instituição já patrocinou 225 projetos de criação e pesquisa histórica e estética, entre eles os do jornalista Alberto Dines, do cineasta Jean-Claude Ber-

nadet, do fotógrafo Carlos Moreira e do artista plástico Carlos Alberto Fajardo. O programa contempla 8 áreas, que se alternam a cada ano: anos ímpares, literatura, música, teatro e dança; pares, artes visuais, cinema e dança. Os premiados recebem, durante o período de seis meses a um ano, bolsas no valor de R\$ 1.200 a R\$ 2.400 por mês. Os candidatos para o Vitae 98 devem preencher um formulário e apresentar seus projetos entre os meses de junho e agosto. Informações pelo tel. (011) 3061-5299.

(W.M.)